



EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 00_/2026
DADOS DO EDITAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12/2026

ÓRGÃO GERENCIADOR DO SRP:

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAFAIETE COUTINHO, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, E SECRETARIAS DIVERSAS

LOCAL E DATA PARA O RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS, DOCUMENTOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO E INÍCIO DA DISPUTA:

DATA: 12/05/2026

HORÁRIO: 09:00 h (Horário de Brasília)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bnc.org.br

TEMPO DE DISPUTA: 10 (dez) minutos mais o tempo aleatório do sistema.

INÍCIO DO ACOLHIMENTO DE PROPOSTAS: às 08:00 horas, do dia 29/04/2026.

LIMITE DO ACOLHIMENTO DE PROPOSTAS: às 08:00 horas do dia 12/05/2026.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 08:00 horas do dia 12/05/2026.

DATA E A HORA DA DISPUTA: às 09:00 horas (Horário de Brasília) do dia 12/05/2026.

OBJETO:

Contratação de empresa para fornecimento parcelado de materiais de limpeza e utensílios para copa e cozinha, a fim de atender as necessidades dessa Administração Municipal e suas diversas Secretarias, mediante Sistema de Registro de Preços.

VALOR ESTIMADO:

R\$ 1.054.328,19 (um milhão e cinquenta e quatro mil e trezentos e vinte e oito reais e dezenove centavos)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço por LOTE.

MODO DE DISPUTA:

Aberto e Fechado

AMOSTRA:

NÃO será exigida amostra

ME/EPP/EQUIPARADAS:

a) Para todos os lotes (01 a 22): Qualquer empresa em condições de participação, independentemente de seu porte ou categoria, pode participar da licitação, em regime de ampla concorrência.

PROGRAMA DE INTEGRIDADE:

Não será exigida a implantação de programa de integridade

EQUIPE DE PREGÃO RESPONSÁVEL:

- **Nome da Pregoeira:** Clara Elis Oliveira Silva
- **E-mail:** licitacaolafaietecoutinhoba@gmail.com
- **Telefones:** (73) 99993-1120 ou (73)3541-2220
- **Endereço:** Praça Papa João XXIII, nº 198, Centro, Lafaiete Coutinho-BA

LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA:

- Lei Federal nº 14.133/2021;
- Lei Complementar Federal nº 123/2006;
- Lei Federal nº 147/2014;
- Decreto Municipal nº 028/2024.



1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando a **Contratação de empresa para fornecimento parcelado de materiais de limpeza e utensílios para copa e cozinha, a fim de atender as necessidades dessa Administração Municipal e suas diversas Secretarias, mediante Sistema de Registro de Preços**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos;
- 1.2. A licitação será dividida em lotes, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.
- 1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço por lote, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
- 1.4. O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, na forma do **Anexo II** e nas condições previstas neste Edital e no Termo de Referência.
- 1.5. O valor previamente estimado da contratação da presente licitação está indicado no Termo de Referência Anexo I.

2. DAS COTAS À ME/EPP/equiparadas

- 2.1. A presente licitação constitui-se da seguinte forma:
- a) Para todos os lotes (01 a 22): Qualquer empresa em condições de participação, independentemente de seu porte ou categoria, pode participar da licitação, em regime de ampla concorrência.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. DO CREDENCIAMENTO:

- 3.1.1. O licitante deverá estar previamente credenciado no sistema "Pregão Eletrônico", no sítio www.bnc.org.br
- 3.1.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.
- 3.1.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica.
- 3.1.4. O licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparadas.
- 3.1.5. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. DAS VEDAÇÕES:

3.2.1. Não poderá participar desta licitação:

- a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- b) pessoa física ou jurídica que atue em substituição a outra, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que observado o procedimento



**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 00_/2026**

previsto em regulamento próprio sobre sanções administrativas, a ser editado pelo Poder Executivo.

c) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

d) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

e) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

f) diretamente ou indiretamente, agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, bem como a empresa da qual seja sócio, dirigente ou responsável técnico, sendo que tal proibição também se aplica aos seus parentes em linha reta, colateral ou afim, até o terceiro grau, bem como àqueles que mantêm relacionamento afetivo público e notório com os servidores e dirigentes de todos os órgãos e entidades promotores, participantes da licitação, bem como contratantes;

g) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

h) Pessoa física que tenha sido proibida de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992, ou pessoa jurídica que tenha como sócio majoritário aquele a quem foi dirigida mencionada penalidade, durante o prazo que apontar a decisão condenatória;

i) Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação.

j) Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa, desde que não tenham observado o disposto no subitem 3.4 deste Edital.

3.2.2. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.3. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO:

3.3.1. NÃO será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, conforme justificativa técnica e econômica constante do procedimento administrativo;

3.4. DA PARTICIPAÇÃO DE PROFISSIONAIS ORGANIZADOS SOB A FORMA DE COOPERATIVA:

3.4.1. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:

I - a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

II - a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

III - qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;



IV - o objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

4. DO ACESSO AO SISTEMA E DA INCLUSÃO DAS PROPOSTAS

4.1. A participação no certame se dará por meio do sistema eletrônico denominado BNC – Bolsa Nacional de Compras, mediante digitação de login e senha pessoal e intransferível do credenciado.

4.1.1. As informações e/ou dúvidas de como incluir propostas e participar do procedimento licitatório podem ser sanadas pelo(s) canais oficiais de atendimento do Sistema BNC – Bolsa Nacional de Compras.

4.1.2. O licitante enquadrado como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou equiparada deverá se identificar em campo próprio do sistema eletrônico, e declarar que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.2.1. O licitante que não se identificar no campo próprio do sistema eletrônico como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP e equiparadas ficará impedido de participar dos itens/lotes exclusivos e da cota reservada, se houver, e não poderá fazer uso do empate ficto previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.1.2.2. Para os fins do disposto no subitem 4.1.2 deste Edital, considera-se como “equiparada” o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e o microempreendedor individual - MEI, conforme determinam o art. 3º-A e art. 18-E da Lei Complementar nº 123, de 2006, bem como as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta e os respectivos documentos solicitados para esta etapa procedimental (indicados no subitem 5.2 deste Edital) **necessariamente antes da data e horário estabelecidos para abertura da sessão pública.**

4.2.1. Os documentos relacionados à fase de habilitação (item 07) devem ser apresentados apenas naquela etapa procedimental, conforme disposto no subitem 7.2 deste Edital.

4.2.2. As licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os respectivos documentos anteriormente inseridos no sistema, desde que antes da data e horário estabelecidos para a abertura da sessão pública.

4.2.3. Os documentos que compõem a proposta somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

4.3. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

4.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Pregoeiro (a) a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.5. Caberá à licitante interessada acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.6. Caberá à licitante interessada comunicar imediatamente, por escrito, ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.



5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. As propostas de preços serão efetuadas via sistema eletrônico, devidamente preenchidos os campos disponíveis conforme as regras abaixo:

- a) valores unitários e total por lote, em moeda corrente nacional, cotados com apenas duas casas decimais, expressos em algarismos;
- b) devem informar o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias**, contados da data limite para a sua apresentação. No caso de o prazo de validade ser omitido na proposta, o Pregoeiro considerará o prazo acima mencionado;
- c) descrição detalhada do objeto, indicando, no que for aplicável, uma única marca por item ofertado, devendo o modelo ser discriminado quando pertinente;
- d) quando houver lotes com mais de um item, obrigatoriamente todos os itens do lote devem ser cotados.

5.1.1. O licitante **não poderá se identificar** no preenchimento da proposta de que trata o subitem 5.1 deste Edital.

5.1.2. As especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.1.3. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

5.1.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.2. Dos documentos a serem anexados com a proposta

5.2.1. Deverão ser anexados via sistema eletrônico (anexos da proposta) os documentos abaixo relacionados, podendo ser inseridos lote a lote / item a item ou selecionada a opção “marcar todos”, para inserir a documentação de todos os lotes/itens com proposta:

- I. Declaração firmada pelo licitante de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, na forma do §1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- II. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar que cumpre os requisitos estabelecidos no subitem 3.4 deste Edital.

5.3. Garantia da proposta

5.3.1. Não será exigido seguro garantia para o presente processo.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS E LANCES, ENCERRAMENTO DA SESSÃO, NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Pregoeiro verificará a descrição do objeto ofertado, nos termos do subitem 5.1, alínea “c”, deste Edital, e desclassificará sumariamente:

- a) as propostas cuja descrição do objeto não esteja em conformidade com os requisitos estabelecidos no item 5;
- b) as propostas cuja descrição do objeto identifique a licitante.

6.2.1. Havendo dúvidas quanto às características do objeto ofertado pela licitante, o pregoeiro ou o

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 00_/2026

responsável pela análise técnica poderá efetuar diligências para confirmações e esclarecimentos acerca do material ofertado.

6.3. A desclassificação sumária da proposta será fundamentada, registrada no sistema e disponibilizada em tempo real para todos os participantes.

6.4. A apresentação de proposta acima do orçamento estimado para a contratação não resultará na desclassificação sumária de que trata o item 6.2, ficando a referida análise relegada à fase seguinte à apresentação de lances, se houver, e/ou posterior à negociação.

6.5. A não desclassificação sumária da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e as licitantes.

DOS LANCES

6.8. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.8.1. O lance deverá ser ofertado pelo **valor total do lote**.

6.8.2. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.8.3. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.8.4. A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior **ao último por ela ofertado** e registrado pelo sistema.

6.8.5. Não serão aceitos 02 (dois) ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for registrado em primeiro lugar.

6.8.6. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 10,00 (dez reais).

DO MODO DE DISPUTA

6.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto e fechado**”, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.9.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.9.2. Encerrado o prazo previsto no subitem 6.9.1, o sistema abrirá oportunidade para que a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.9.3. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no subitem 6.9.2, poderão as autoras dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.9.4. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens 6.9.2 e 6.9.3, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.9.5. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos subitens 6.9.2 e 6.9.3,



**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 00_/2026**

haverá o reinício da etapa fechada, para que as demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.9.6. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, no caso de nenhuma licitante classificada na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

DA DESCONEXÃO DO SISTEMA NA ETAPA DE LANCES

6.10. No caso de desconexão do Pregoeiro com o sistema, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos seus lances.

6.11. Retornando a conexão do Pregoeiro ao sistema, todos os atos praticados pelas licitantes junto ao sistema serão considerados válidos.

6.12. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação do fato às participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação, e a ocorrência será registrada em ata.

DO CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

6.13. O Critério de julgamento adotado será o menor preço por lote, conforme definido neste Edital e seus anexos.

DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

6.14. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e equiparadas, uma vez encerrada a etapa de lances, será assegurada, como critério de desempate, a preferência de contratação para estas.

6.14.1. Considera-se como “equiparadas” o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e o microempreendedor individual - MEI, conforme determinam o art. 3º-A e art. 18-E da Lei Complementar nº 123, de 2006, bem como as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

6.14.2. Entende-se por empate, situações em que as propostas, mediante lances apresentados pelas MEs, EPPs e equiparadas sejam iguais ou até de 5% (por cento) superiores ao melhor preço, quando a primeira colocada for empresa de maior porte.

6.14.2. A preferência de contratação será concedida da seguinte forma:

a) Ocorrendo o empate, a ME, EPP ou equiparada melhor classificada nos termos do subitem 6.14 terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos, contados após a comunicação para tanto.

b) Caso a ME, EPP ou equiparada melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo da alínea “a”, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no mesmo prazo estabelecido na alínea “a”.

6.14.3. O tratamento diferenciado de que trata o subitem 6.14 não será aplicado às licitações cujo item seja de valor estimado superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, ainda que as potenciais beneficiárias sejam qualificadas como ME, EPP ou equiparada.

6.14.4. A licitante caracterizada como ME, EPP ou equiparada não poderá fazer uso do tratamento diferenciado de que trata o subitem 6.14 se no ano-calendário de realização da licitação, tiver celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida

para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, observado o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

6.15. Após aplicada a regra do subitem anterior e persistindo o empate, ou, caso não seja licitação exclusiva para ME/EPP/Equiparadas, serão utilizados os critérios de desempate descritos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, naquela ordem estabelecida.

6.16. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

DA NEGOCIAÇÃO

6.17. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, caso a proposta/lance do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar esteja acima do valor estimado da contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas.

6.17.1 A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.17.2. A negociação de que trata o subitem 6.17 deste Edital poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do valor estimado da contratação.

6.17.3. Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA ADEQUADA AO ÚLTIMO LANCE OFERTADO

6.18. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar será convocada para apresentar proposta adequada ao último lance ofertado, contendo os preços unitários e o novo valor total para a contratação, devidamente preenchida e assinada, para fins de exame de aceitabilidade do preço, enviando-a para o e-mail a ser informado durante a sessão, **no prazo MÁXIMO de 02 (duas) horas**, contadas a partir da solicitação do Pregoeiro, sob pena de desclassificação.

6.18.1. A sessão PODERÁ ser suspensa para aguardo da proposta de preços, cabendo ao Pregoeiro informar, através do sistema eletrônico, a data e o horário para retomada da licitação e divulgação da aceitabilidade da proposta.

DO JULGAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

6.19. Encerrada a etapa de negociação (subitem 6.17) e apresentada a proposta adequada (subitem 6.18), se for o caso, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta do licitante provisoriamente vencedor quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço.

6.19.1. Serão desclassificadas as propostas que:

I - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no Edital e seus anexos;

II - apresentarem preços inexequíveis;

III - permanecerem acima do valor estimado da contratação;

IV - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

V - contiverem vícios insanáveis;

VI - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

6.19.2. Para os fins do disposto nos incisos V e VI do subitem 6.19.1, considera-se vício sanável, entre outras, as seguintes medidas:

I – a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;

II - o desatendimento de exigências meramente formais e que não comprometam a compreensão do conteúdo da proposta;

III - aquele cujo defeito não altera a substância da proposta;

IV - a atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas;

V - a juntada extemporânea de declarações firmadas pelo próprio licitante; ou

VI - a juntada extemporânea de documento não entregue, porém preexistente e passível de comprovar o atendimento de condição pelo licitante, mas que, por equívoco ou falha, não foi apresentado em momento oportuno.

6.19.2.1. O Pregoeiro poderá realizar diligências para sanar os vícios de que trata o subitem 6.19.2 deste Edital, mediante despacho fundamentado registrado em ata.

6.19.3. No caso de apresentação de proposta inexecutável (inciso IV do subitem 6.19.1), o Pregoeiro, para fins de subsidiar a decisão quanto à sua aceitabilidade, poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada no sentido de:

a) apurar se há algum risco na viabilidade da execução do objeto ofertado, a origem e a qualidade dos insumos empregados no processo produtivo e se a licitante está em dia com suas obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas; e

b) solicitar à licitante maiores esclarecimentos sobre a dimensão da sua proposta e de onde obterá proveito econômico, sua efetiva exequibilidade, bem como declaração expressa de que assume eventuais prejuízos ao longo de futura relação contratual a ser firmada, de maneira que possíveis pedidos de modificação contratual posterior sejam analisados atentamente, a fim de que não sejam utilizados como expediente para corrigir distorções nos preços contemplados na proposta vencedora.

6.19.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que dispõe o subitem 6.19.2.1 e subitem 6.19.3, somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24hrs (vinte e quatro horas) de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

6.20. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.20.1. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta do provisoriamente vencedora for desclassificada, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, na forma do subitem 6.13.

DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

6.21. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

6.21.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

6.21.1.1. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

6.21.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

6.21.3. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

6.21.4. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.



EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 00_/2026

6.21.5. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

6.21.5.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

6.21.5.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

6.21.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

6.21.6.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

6.21.6.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

DA AMOSTRA

6.22. O Pregoeiro **poderá exigir que a licitante classificada em primeiro lugar e os aderentes de preços, se houver, apresentem amostra**, observando-se o procedimento estabelecido no TR.

6.23. Após o encerramento da análise da conformidade das propostas e dos lances, o Pregoeiro disponibilizará no sistema os documentos da proposta apresentados pelo licitante classificado em primeiro lugar.

6.24. Qualquer licitante poderá, **de forma imediata, após o término do julgamento das propostas, manifestar em campo próprio do sistema sua intenção de recorrer em face das decisões proferidas nessa fase processual, sob pena de preclusão.**

6.24.1. Ao término do julgamento das propostas, será concedido na sessão pública o prazo de 30 (trinta) minutos para que qualquer licitante manifeste, de forma imediata, em campo próprio do sistema, a intenção de recorrer de que trata o subitem 6.24, de forma motivada, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos.

6.24.2. O prazo e a forma de apresentação das razões recursais deverão observar o disposto no item 8 deste Edital.

6.25. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação da licitante classificada em primeiro lugar e **dos aderentes de preços, se houver**, observado o disposto neste edital.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Consulta consolidada de pessoa jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

7.1.2. A consulta aos cadastros referidos no subitem 7.1 será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei Federal nº. 8.429, de 2 de junho de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio



majoritário.

7.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará a licitante inabilitada por falta de condição de participação.

7.1.4. Caso o pregoeiro identifique que uma pessoa física ou jurídica atua em substituição a outra, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, deverá observar o procedimento previsto em regulamento próprio sobre sanções administrativas a ser editado pelo Poder Executivo.

Das regras gerais da fase de habilitação

7.2. Superada a consulta de que trata o subitem 7.1 deste Edital, o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá encaminhar **OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PREVISTOS CONFORME ITEM 09 DO TERMO DE REFERÊNCIA**, via sistema eletrônico, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada em cartório, observado o disposto no subitem 13.2 deste Edital.

7.4. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.5. As exigências de habilitação das empresas estrangeiras que não funcionem no País serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.5.1. Para fins de assinatura da ata de registro de preço, os documentos exigidos para a habilitação das empresas estrangeiras que não funcionem no País serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.7. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência de que trata o art. 64 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para:

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.7.1. Para os fins previstos no subitem 7.7 deste Edital, não caracteriza como substituição ou a apresentação de novo documento a diligência realizada para:

I - sanar o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante;

II - a juntada extemporânea de documento não entregue, porém preexistente e passível de comprovar o atendimento de condição pelo licitante, mas que, por equívoco ou falha, não foi apresentado em momento oportuno.



**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 00_/2026**

7.7.2. O Pregoeiro poderá determina a realização das diligências de que tratam os subitens 7.7 e 7.7.1 deste Edital, mediante despacho fundamentado registrado em ata.

7.7.3. Os documentos exigidos em sede de diligência deverão ser apresentados no prazo e na forma fixados pelo Pregoeiro, sob pena de inabilitação.

7.7.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização das diligências, somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

7.8. Compete ao Pregoeiro verificar e julgar as condições de habilitação do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, oportunidade em que deverá promover:

I – a conferência de documentos cuja autenticidade das informações possa ser verificada eletronicamente por meio de consulta ao site do órgão emissor;

II – a emissão na sessão pública de certidão atualizada nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e de entidades, que comprove a manutenção da regularidade fiscal e trabalhista no momento da avaliação dessas condições de habilitação, independentemente da apresentação de certidão ainda válida pelo licitante.

7.8.1. A emissão de que trata o inciso II do subitem 7.8 deste Edital fica dispensada na hipótese de indisponibilidade temporária dos sítios eletrônicos emissores no momento da sessão pública, impossibilidade de emissão de documento por meio eletrônico ou quando a sua emissão depender do pagamento de taxa pela Administração Pública.

7.8.2 Quaisquer das circunstâncias a que se referem o subitem 7.8.1 deverão ser registradas na ata de sessão pública e comprovadas no processo administrativo por meio de documentos.

7.8.3. Caso a emissão de novo documento de que trata o inciso II do subitem 7.8 indique a irregularidade fiscal e trabalhista do licitante na data da realização da sessão pública, será declarada a sua inabilitação, salvo na hipótese de licitante caracterizado como Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP ou equiparadas, ao qual será ofertado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para comprovar a regularização, conforme determina o art. 43 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

7.8.4. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.9. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.9.1. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta do provisoriamente vencedor for inabilitada, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, na forma do subitem 6.14.

7.10. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor.

7.11. Após o encerramento da fase de habilitação, o Pregoeiro disponibilizará no sistema, os documentos da habilitação apresentados pelo licitante declarado vencedor e aqueles oriundos das diligências promovidas em cumprimento aos subitens 7.4, 7.6 e 7.7 deste Edital.

7.12. Qualquer licitante poderá, **de forma imediata, após a declaração do vencedor do certame (subitem 7.10), manifestar sua intenção de recorrer em face das decisões proferidas na fase de habilitação, sob pena de preclusão.**



7.12.1. Após a declaração do vencedor do certame, será concedido na sessão pública o prazo de 30 (trinta) minutos para que qualquer licitante manifeste, de forma imediata, em campo próprio do sistema, a intenção de recorrer de que trata o subitem 7.12, de forma motivada, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos.

7.12.2. O prazo e a forma de apresentação das razões recursais deverão observar o disposto no item 8 deste Edital.

Declarações a serem apresentadas pelos licitantes na fase de habilitação:

7.13. Para fins de habilitação, os licitantes deverão encaminhar as seguintes declarações ou gerá-las em campo próprio do Sistema BNC:

I - declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021);

II - Declaração de que não possui, em seu quadro de funcionários, empregados menores de 18 (dezoito) anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos (cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal).

8. DOS RECURSOS

8.1. Caberá recurso em face do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação de licitante, observadas as seguintes disposições:

I - A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, na forma e no prazo previsto nos subitens 6.24 e 7.12 deste Edital, **sob pena de preclusão**;

II – O prazo para apresentação das razões recursais, é de 03 (três) dias úteis, será iniciado na sessão pública em que o licitante for declarado vencedor do certame (subitem 7.10 deste Edital);

III – A apreciação e julgamento dos recursos interpostos em face do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação de licitante se dará em fase única

8.2. A não apresentação das razões mencionadas no prazo descrito no item II do subitem 8.1 acarretará, como consequência, a análise do recurso pela síntese dos motivos apresentadas em sede da manifestação de recorrer de que tratam os subitens 6.24 e 7.12 deste Edital.

8.2.1. Na hipótese de que trata o subitem 8.2, o recurso não será conhecido caso não seja possível compreender as razões indicadas pelo licitante, tenha caráter meramente protelatório, ou seja baseado em fatos genéricos.

8.3. Os demais licitantes, desde logo, ficam intimados para se desejarem, apresentarem suas contrarrazões, no prazo 03 (três) dias úteis, contados do término do prazo do licitante recorrente.

8.4. A apresentação das razões e das contrarrazões dos recursos deverá ser realizada, única e exclusivamente, em campo próprio do sistema eletrônico, observados os prazos estabelecidos nos itens anteriores.

8.5. Fica assegurada vista imediata dos autos do pregão, com a finalidade de subsidiar a preparação de recursos e de contrarrazões.

8.6. O recurso de que trata o subitem 8.1 deste Edital será dirigido ao Pregoeiro que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



8.6.1. A autoridade competente poderá solicitar auxílio do órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas jurídicas e subsidiá-la com as informações necessárias.

8.6.2. O prazo para proferir a decisão ficará suspenso caso a autoridade competente solicite o auxílio de que trata o subitem 8.6.1.

8.7. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9. DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

9.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação e exauridos os recursos administrativos, o Pregoeiro deverá elaborar um breve relatório contendo os fatos ocorridos no procedimento e a proposta de adoção de uma das condutas do art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021:

I - determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

II - revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade, resultante de fato superveniente devidamente comprovado;

III - proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

IV - adjudicar o objeto e homologar a licitação.

9.2. O processo licitatório, acompanhado do relatório de que trata o subitem 9.1, será encaminhado à autoridade máxima do órgão ou entidade demandante, a qual deverá adotar uma das condutas descritas no item anterior.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.



**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 00_/2026**

10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado
DOS CONTRATOS DECORRENTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

10.8. Depois de assinada a Ata de Registro de Preço, as contratações eventualmente formalizadas pelo órgão ou entidade participante deverão observar o disposto naquele instrumento jurídico, bem como respeitar as condições e requisitos constantes no Termo de Referência.

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO POR “NÃO PARTICIPANTES”

10.9. A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento, desde que cumpridos os requisitos descritos no §§ 2º, 3º, 4º e 5º do art. 86 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. As sanções são aquelas previstas no item 14 do Termo de Referência.

Da Aplicação da Sanção

11.2. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa poderá, **até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame**, impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos.

12.2. A impugnação ao edital e o pedido de esclarecimento deverão ser enviadas **exclusivamente em campo próprio do Sistema BNC – Bolsa Nacional de Compras**.

12.3. Compete ao Pregoeiro receber, examinar e responder os pedidos de esclarecimentos e decidir as impugnações.

12.3.1. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3.2. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro nos autos do processo de licitação.

12.4. As respostas aos pedidos de esclarecimento e impugnações vincularão os participantes e a Administração.

12.5. Na hipótese de alteração do instrumento convocatório em decorrência do acolhimento da impugnação ou do esclarecimento feito, aplica-se o disposto no §1º do art. 55 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Todas as referências de tempo estabelecidas no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília.

13.2. Toda a documentação exigida para o certame deverá ser anexada no sistema eletrônico e/ou apresentado em formato legível.

13.2.1. É permitida a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, cujos documentos serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários.

13.2.2. Ao participar da presente licitação, os licitantes assumem integralmente a responsabilidade pela autenticidade e veracidade de todos os documentos e informações prestadas, respondendo, na forma da



lei, por qualquer irregularidade constatada.

13.2.3. Caso o Pregoeiro julgue necessário, a autenticidade dos documentos apresentados por meio do sistema eletrônico poderá ser verificada:

I - mediante apresentação de original perante o Pregoeiro ou os servidores que compõem a sua equipe de apoio;

II – por meio de autenticação por cartório competente;

III – por meio de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

IV – perante publicação em Diário Oficial e/ou documento disponível na Internet, no site oficial do órgão emissor.

13.3. As declarações da empresa licitante solicitadas no edital deverão ser assinadas e identificadas (nome completo, RG e CPF) pelo representante legal ou pelo procurador por ele constituído, não havendo a necessidade de autenticação do documento.

13.3.1. No caso de documentação assinada por procurador, o Pregoeiro solicitará na sessão o envio da procuração outorgada pelo representante legal da licitante, devidamente autenticado por cartório competente, ou assinada digitalmente por meio de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, sob pena de desclassificação ou inabilitação.

13.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, deverão ser observadas as regras previstas no art. 183 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

13.7. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

13.8. As informações inerentes a este pregão poderão ser obtidas, pelos interessados, na Sala de Licitação, localizada na Praça papa João XXIII, nº 198, Centro, Lafaiete Coutinho-BA, CEP: 45.215-000, ou pelos telefones nº (73) 99840-9816 em dias úteis ou pelo e-mail: licitacaolafaietecoutinhoba@gmail.com.

13.9. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no endereço eletrônico <https://pncp.gov.br/app/editais?q=LAFAIETE%20COUTINHO&status=todos&pagina=1>.

13.9.1. A cópia do Edital e seus Anexos poderá ser retirada junto à Comissão de Contratação, mediante apresentação do recolhimento da taxa de reprodução, proporcional ao número de cópias.

13.10. Fica eleito o foro da cidade de Jaguaquara, Estado da Bahia, renunciando-se a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para processar as questões resultantes desta licitação e que não possam ser dirimidas administrativamente.

13.11. Integram o presente edital, independentemente de qualquer transcrição, os anexos:

Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA;

Anexo II – ATA DE REGISTRO DE PREÇO;

Anexo III - MINUTA DO CONTRATO;

Anexo IV - MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS;

ANEXO V - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS.

Lafaiete Coutinho-BA, 28 de abril de 2026

Roseli Pereira Souza
Secretária Municipal de Administração

Clara Elis Oliveira Silva
Agente de Contratação/Pregoeira





EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 00_/2026
ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO

1.1. O objeto deste Termo de Referência é a Contratação de empresa para fornecimento parcelado de materiais de limpeza e utensílios para copa e cozinha, afim de atender as necessidades dessa Administração Municipal e suas diversas Secretarias, mediante Sistema de Registro de Preços.

1.2. O objeto deste instrumento é considerado comum, pois é possível estabelecer, mediante especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto, sendo estes descritos de forma objetiva.

1.3. As especificações foram elaboradas com a atenção necessária para não prejudicar a competição entre os licitantes no certame.

1.4. Prazo do contrato: 12 meses a partir da assinatura

1.5. TIPO DO OBJETO:

- () Serviço não continuado
- () Serviço continuado SEM dedicação exclusiva de mão de obra
- () Serviço continuado COM dedicação exclusiva de mão de obra
- (x) Material de Consumo
- () Material Permanente / Equipamento

1.6. DO USO DO PREGÃO

1.6.1. O Pregão é definido pela Lei nº 14.133/2021, no seu inciso XIII do artigo 6º, como a “modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, que podem ser objetivamente definidos no edital.

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XIII – bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

1.6.2. Especificamente para o caso em tela, os bens a serem contratados objeto deste Termo é um bem comum, sendo obrigatório o emprego da modalidade pregão eletrônico.

1.7. DO USO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

1.7.1. O objeto a ser contratado possui características comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado.

1.7.2. A formação da Ata de Registro de Preços permitirá além de redução de custos, uma projeção de compra para um período de 12 (doze) meses, podendo ultrapassar de um exercício para o outro, sem o comprometimento orçamentário em sua totalidade, permitindo a aquisição somente dos produtos que se fizerem necessários ou o gerenciamento de sazonalidades de atendimento. Em que pese a existência de um histórico de utilização dos materiais, não é possível determinar em que quantidade serão utilizados, tampouco, o período exato em que serão necessários.

1.7.3. Justificadamente, portanto, opta-se por realizar a presente licitação, valendo-se do Sistema de Registro de Preços em virtude do exato enquadramento das necessidades desta Administração Pública nos requisitos fundamentais para utilização desse sistema.



**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 00_/2026**

1.7.4. A utilização do Sistema de Registro de Preços é adequada em situações em que a demanda é incerta, seja em relação a sua ocorrência, seja no que concerne à quantidade de bens a ser demandado. Acórdão TCU 2197/2015- Plenário | Relator: BENJAMIN ZYMLER.

1.8. DA PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS ENQUADRADAS NA LC Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006

1.8.1. Nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

1.8.2. Havendo alguma restrição na documentação, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da declaração do proponente vencedor, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.

1.8.3. Não Será adotado tratamento diferenciado a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 (alterado pela Lei Complementar nº 147/2014):

1.8.4. A Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, elencou no art. 49, algumas hipóteses que, se presentes no caso concreto, dispensam ou eximem a autoridade responsável pela licitação de aplicar os benefícios materiais previstos nos arts. 47 e 48. Assim, vale a máxima: 'para toda regra existe uma exceção'. Assim sendo, de conformidade com o art. 49, não se aplica os benefícios dos arts.47 e 48 quando:

- a) não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;
- b) o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

A presente contratação fundamenta-se na necessidade contínua de garantir condições adequadas de higiene, limpeza e conservação dos ambientes pertencentes à Administração Municipal, bem como assegurar o regular funcionamento das atividades administrativas desenvolvidas pelas diversas Secretarias. Os materiais de limpeza e os utensílios de copa e cozinha são insumos essenciais para a manutenção da salubridade dos espaços públicos, contribuindo diretamente para a preservação da saúde dos servidores, colaboradores e munícipes que frequentam as repartições públicas. Ademais, tais itens são indispensáveis para o adequado preparo e fornecimento de alimentos e bebidas, quando aplicável, bem como para a conservação de bens móveis e imóveis.

Considerando que a demanda por esses materiais é contínua, variável e distribuída entre diversos setores da Administração, a adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se a solução mais eficiente e economicamente vantajosa. Tal sistema possibilita maior flexibilidade na aquisição dos itens, permitindo contratações parceladas de acordo com a necessidade, evitando desperdícios, reduzindo estoques excessivos e otimizando a gestão dos recursos públicos.

A solução como um todo consiste na seleção de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento parcelado de materiais de limpeza e utensílios de copa e cozinha, por meio de procedimento licitatório, visando à formação de Ata de Registro de Preços. A contratação deverá contemplar itens de qualidade



EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 00_/2026

adequada, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, garantindo durabilidade, eficiência e segurança no uso.

Além disso, a contratação busca assegurar:

- Padronização dos materiais utilizados pelas diversas Secretarias;
- Melhor controle de consumo e planejamento de compras;
- Redução de custos operacionais, por meio de economia de escala;
- Agilidade no atendimento das demandas emergenciais e rotineiras;
- Transparência e conformidade com os princípios da Administração Pública, especialmente legalidade, eficiência e economicidade.

Dessa forma, a solução proposta atende de maneira eficaz às necessidades institucionais, promovendo a continuidade dos serviços públicos e o adequado funcionamento da estrutura administrativa municipal.

3. DA JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO

Analisando o tema a doutrina pátria manifesta-se no mesmo sentido, conforme transcrição a seguir:

O quantitativo a ser contratado foi estipulado com base no Termo de Referência. Nesse sentido, enfatiza-se que os alimentos deverão ser originais, de boa qualidade, novos e de primeira linha, atendendo integralmente às especificações descritas no referido documento. Destaca-se também que a não aquisição desses gêneros poderá impactar negativamente as atividades desempenhadas pela Secretaria de Administração e pelas demais Secretarias, tendo em vista que se tratam de itens essenciais e indispensáveis, cujos quantitativos foram definidos a partir da consolidação das necessidades identificadas.

4. DA DESCRIÇÃO DO OBJETO E ORÇAMENTO (METAFÍSICA DA CONTRATAÇÃO)

4.1. Estima-se o valor da contratação em **R\$ 1.054.328,19**, conforme discriminação abaixo:

ITEM	LOTE 01	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	ÁLCOOL 99% ÁLCOOL ETÍLICO, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO LÍMPIDO, INCOLOR, VOLÁTIL, TEOR ALCOÓLICO MÍNIMO DE 99,5%GL, 1 LITRO CX. C/ 12L	CX	15	R\$ 283,30	R\$ 4.249,50
2	ÁLCOOL GEL, ETÍLICO HIDRATADO, 46° INPM EM EMBALAGEM DE 500 G	UND	50	R\$ 11,63	R\$ 581,63
3	ÁLCOOL EM GEL, ETÍLICO HIDRATADO, 70° INPM, COM AÇÃO ANTISSÉPTICA EM EMBALAGEM DE 500 ML	PCT	72	R\$ 8,81	R\$ 634,08
4	ÁLCOOL EM GEL, ETÍLICO HIDRATADO, 70° INPM, COM AÇÃO ANTISSÉPTICA EM EMBALAGEM EM GALÃO DE 5L.	GL	39	R\$ 60,75	R\$ 2.369,25
5	ÁLCOOL ETÍLICO, TIPO HIDRATADO ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO LÍMPIDO, INCOLOR, VOLÁTIL, TEOR ALCOÓLICO DE	CX	30	R\$ 123,86	R\$ 3.715,70



EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 00_/2026

	70 %, EMBALAGEM DE 1 LITRO (CX. C/ 12L).				
6	ÁLCOOL ETÍLICO TIPO HIDRATADO 70º INPI, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO LÍMPIDO, INCOLOR, VOLÁTIL, TEOR ALCÓOLICO DE 70%, GALÃO DE 5 LITROS, EMBALAGEM PLÁSTICA RESISTENTE.	GALÃO	300	R\$ 48,32	R\$ 14.497,00
7	ÁLCOOL EM GEL 70% C/ ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 70% INPM, GALÃO 5 LITROS. EMBALAGEM PLÁSTICA RESISTENTE.	GALÃO	330	R\$ 60,75	R\$ 20.047,50
VALOR TOTAL LOTE 01:					R\$ 46.094,65

ITEM	LOTE 02	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	ÁGUA SANITÁRIA , USO DOMÉSTICO, A BASE DE HIPOCLORITO DE SODIO, COM TEOR DE CLORO ATIVO ENTRE 2,0 A 2,5 % P/P 1000ML.CX C/ 12L	CX	390	R\$ 32,15	R\$ 12.536,55
2	CERA LÍQUIDA, INCOLOR, BRILHO FÁCIL, ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO RESISTENTE GALÃO DE 5 LITROS, 1ª QUALIDADE	GALÃO	40	R\$ 97,06	R\$ 3.882,40
3	DESINFETANTE BACTERICIDA GERMICIDA EM PASTILHA DE 40G – LAVANDA	UND	94	R\$ 3,18	R\$ 298,92
4	DESINFETANTE LÍQUIDO AROMA EUCALIPTO, ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO RESISTENTE DE 1L - 1ª QUALIDADE.	UND	650	R\$ 5,06	R\$ 3.290,63
5	DESINFETANTE LÍQUIDO AROMA EUCALIPTO, ACONDICIONADO EM CAIXA C/12L - 1ª QUALIDADE.	CX	220	R\$ 55,18	R\$ 12.138,50
6	DESINFETANTE LÍQUIDO AROMA FLORAL, ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO RESISTENTE DE 1L - 1ª QUALIDADE.	UND	1600	R\$ 4,42	R\$ 7.066,67
7	DESINFETANTE BACTERICIDA LÍQUIDO AROMA LAVANDA, ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO RESISTENTE DE 1L - 1ª QUALIDADE.	UND	441	R\$ 4,42	R\$ 1.947,75
8	DESINFETANTE LÍQUIDO DE 500ML CX/24UNID	CX	43	R\$ 64,68	R\$ 2.781,03
9	DESODORIZADOR DE AR SPRAY CONTEÚDO MÍNIMO DE 360ML / 265G	UND	100	R\$ 10,35	R\$ 1.035,00
10	DETERGENTE LÍQUIDO AROMA COCO, ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO RESISTENTE DE 500 ML - 1ª QUALIDADE.	UND	204	R\$ 2,23	R\$ 455,60



EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 00_/2026

11	DETERGENTE LÍQUIDO AROMA LIMÃO, ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO RESISTENTE DE 500 ML - 1ª QUALIDADE.	UND	604	R\$ 2,07	R\$ 1.252,29
12	DETERGENTE LÍQUIDO AROMA MAÇÃ, ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO RESISTENTE DE 500 ML - 1ª QUALIDADE.	UND	614	R\$ 2,20	R\$ 1.352,85
13	DETERGENTE LÍQUIDO NEUTRO, ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO RESISTENTE DE 500 ML - 1ª QUALIDADE.	UND	1064	R\$ 2,28	R\$ 2.420,60
14	GEL PINHO, LIMPADOR MULTIUSO, DETERGENTE DE USO GERAL A BASE DE PINHO, EM FRASCO PLÁSTICO RESISTENTE DE 1L - 1ª QUALIDADE	UND	500	R\$ 8,08	R\$ 4.037,50
VALOR TOTAL LOTE 02:					R\$ 54.496,28

ITEM	LOTE 03	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	CARRINHO LIMPEZA MULTIFUNÇÃO - KIT COMPLETO PARA LIMPEZA ÚMIDA E SECA DE PISOS FRIOS EM GERAL. PODE SER UTILIZADO EMPAVIFLEX, PORCELANATO, CERÂMICA, GRANILITE, CIMENTO QUEIMADO, PLURIGOMA, ETC. CARRINHO DE LIMPEZA COMPOSTO POR: - CARRO BALDE FUNCIONAL CAPACIDADE PARA 30 LITROS - 01 CABO ALUMÍNIO 1,40 M SEM PONTEIRA - HASTE AMERICANA COM CABO DE ALUMÍNIO - REFIL DE ALGODÃO 320 G - ARMAÇÃO MOP PROFI 60CM - REFIL MOP PÓ PROFI 60CM - PÁ POP - PLACA SINALIZADORA.	UND	10	R\$ 1.480,06	R\$ 14.800,57
2	DISPENSER HIGIENIZADOR, MATERIAL PLÁSTICO ABS, CAPACIDADE 800 ML, TIPO FIXAÇÃO PAREDE COR BRANCA, APLICAÇÃO MÃOS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS VISOR FRONTAL PARA ÁLCOOL GEL OU SABONETE LÍQUIDO.	UND	36	R\$ 44,47	R\$ 1.600,80
3	DISPENSER PAPEL TOALHA - INTERFOLHA 2 OU 3 DOBRAS BRANCO, DISPENSADOR FABRICADO EM MATERIAL TERMOPLÁSTICO DE ALTA QUALIDADE E RESISTÊNCIA A IMPACTO, FÁCIL INSTALAÇÃO COM PARAFUSOS E BUCHAS INCLUSAS E FECHADURA DE SEGURANÇA COM CHAVE DE TRÊS PINOS, ALTURA DE 12 CM, LARGURA DE 25 CM, 27 CM DE PROFUNDIDADE E PESO DE 430 GRAMAS.	UND	40	R\$ 44,49	R\$ 1.779,73
VALOR TOTAL LOTE 03:					R\$ 18.181,10



EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 00_/2026

ITEM	LOTE 04	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	CREME DENTAL DE 90G INFANTIL PACOTES C/ 12 UNID.	PCT	50	R\$ 219,80	R\$ 10.990,00
2	CREME INFANTIL PARA PENTEAR CABELOS DE 1.000ML	UND	60	R\$ 16,62	R\$ 997,00
3	CREME DENTAL COM FLUOR, AÇAO BACTERICIDA, TUBO PLASTICO COM TAMPAS ROSQUEADAS, PESO LIQUIDO MINIMO DE 90G.	UND	150	R\$ 5,52	R\$ 827,50
4	ESCOVA DENTAL INFANTIL	UND	500	R\$ 2,42	R\$ 1.208,33
5	ESMALTE PARA UNHAS COM 8 ML, CORES VARIADAS	UND	50	R\$ 4,60	R\$ 230,00
6	FÓSFORO CX/40 PALITOS, PC/10 CXS.	PC	305	R\$ 5,06	R\$ 1.542,28
7	FÓSFORO, MATERIAL CORPO MADEIRA, COR CABEÇA VERMELHA, TIPO LONGO, CAIXA COM 40 PALITOS PACOTE COM 10 CAIXAS	PCT	15	R\$ 9,27	R\$ 139,10
8	LENÇO UMEDECIDO PARA HIGIENE PESSOAL-EMBALAGEM C/75 UNIDADES	UND	200	R\$ 11,73	R\$ 2.346,00
9	LIXA PARA UNHA, MATERIAL EM AREIA E PAPELÃO 13CM X 1CM	UND	50	R\$ 0,43	R\$ 21,67
10	PALITO PARA UNHA 100% MADEIRA, TAM 13 CM	UND	50	R\$ 0,60	R\$ 29,83
11	PULVERIZADOR DE CABELO COM GATILHO EM PLÁSTICO, TIPO BOLINHA, COM JATO REGULÁVEL, CAPACIDADE DE ÁGUA NO MÍNIMO DE 280 ML.	UND	30	R\$ 7,60	R\$ 227,90
12	REPELENTE INFANTIL APLICAÇÃO MOSCA/PERNILONGO FRASCO COM CONTEÚDO MÍNIMO DE 117 ML	UND	50	R\$ 24,63	R\$ 1.231,67
13	SOLUÇÃO À BASE DE ACETONA 100 ML	UND	30	R\$ 4,38	R\$ 131,25
14	XAMPU INFANTIL 350 ML	UND	200	R\$ 14,70	R\$ 2.940,00
15	CONDICIONADOR INFANTIL 350 ML	UND	50	R\$ 17,33	R\$ 866,67
16	Óleo De Amêndoas 100% Puro E Natural 100ml	UND	50	R\$ 18,92	R\$ 945,83
17	CREME PREVENTIVO DE ASSADURA COM OLEO DE AMENDOAS 240G	UND	50	R\$ 15,05	R\$ 752,50
18	COLONIA PARA BEBÊ LAVAND.400ML	UND	50	R\$ 19,80	R\$ 990,17
VALOR TOTAL LOTE 04:					R\$ 26.417,70
ITEM	LOTE 05	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL



EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 00_/2026

1	INSETICIDA AEROSOL 395ml	UND	106	R\$ 14,99	R\$ 1.588,41
2	LIMPA VIDROS 500 ML CX C/12 UND	CX	71	R\$ 58,16	R\$ 4.129,60
3	NAFTALINA BOLAS, PACOTE COM 50G	PCT	130	R\$ 3,54	R\$ 460,63
4	PEDRA SANITÁRIA AROMA LAVANDA - PESO MINIMO DE 30 G, CX C/ 12 UND	CX	66	R\$ 37,25	R\$ 2.458,50
5	SABÃO EM BARRA GLICERINADO, PESO MÍNIMO 200G, MULTIUSO, BIODEGRADÁVEL, 1ª QUALIDADE.	UND	700	R\$ 13,87	R\$ 9.706,67
6	SABÃO EM PÓ AZUL, COM AMACIANTE, BIODEGRADÁVEL, ACONDICIONADO EM CAIXA DE PAPELÃO RESISTENTE, CONTENDO 500G , 1ª QUALIDADE.	UND	300	R\$ 18,35	R\$ 5.503,50
7	SABÃO EM PÓ, COM TENSOATIVO BIODEGRADAVEL, CONTENDO NA COMPOSICAO AGUA, CORANTE E BRANQUEADOR OPTICO EMBALAGEM DE 500G, CX C/ 24 UND.	CX	248	R\$ 129,66	R\$ 32.156,51
8	SABÃO EM PÓ, COM TENSOATIVO BIODEGRADAVEL, CONTENDO NA COMPOSICAO ÁGUA, CORANTE E BRANQUEADOR OPTICO EMBALAGEM DE 500G, CX C/ 24 UND.	UND	102	R\$ 6,16	R\$ 628,66
9	SABONETE LÍQUIDO - ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO CREMOSO PEROLADO, FRAGRÂNCIA LAVANDA, EM EMBALAGEM GALÃO COM 5L	GL	125	R\$ 26,65	R\$ 3.330,83
10	SABONETE LÍQUIDO - ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO CREMOSO PEROLADO, FRAGRÂNCIA LAVANDA, EM EMBALAGEMFRASCO PLASTICO COM VALVULA PUMP- CONTENDO 500ML	UND	60	R\$ 7,98	R\$ 479,00
11	SABONETE TABLETE, GLICERINADO 90G-SABONETE; TABLETE, EMBALADO EM PAPEL DE BOA QUALIDADE COM PROTETOR INTERNO; A BASE DE SÓDIO, ÁGUA, CLORETOS, ÓLEOS, GLICERINA, SULFFONATOS, AROMAS SUAVES, (PH ENTRE 5,5 A 8,5); PARA HIGIENIZAÇÃO CORPORAL; PESO 90GR.	UND	180	R\$ 3,20	R\$ 575,40
12	SABONETE LÍQUIDO, GALÃO COM 5 LITROS, INDICADO PARA LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO.	GALÃO	60	R\$ 25,44	R\$ 1.526,20
13	SODA CÁUSTICA EMBALAGEM COM 500 G	UND	34	R\$ 28,73	R\$ 976,82
14	SULFATO DE ALUMINIO	KG	530	R\$ 14,83	R\$ 7.861,67
15	BARRILHA LEVE	KG	410	R\$ 17,83	R\$ 7.311,67
16	CLORO HTH GRANULADO TRADICIONAL, EMB. 10KG	BALDE	74	R\$ 427,58	R\$ 31.640,55



EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 00_/2026

17	HIPOCLORITO A 1% 5 LITROS PARA USO HOSPITALAR DESINFETANTE À BASE DE QUATERNÁRIO DE AMÔNIO. COM EFICIÊNCIA COMPROVADA CONFORME RDC N.14/07 DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA/MS) PARA BACTÉRIAS TESTADAS: GRAM-POSITIVAS E GRAM-NEGATIVAS, STAPHYLOCOCCUS AUREUS, SALMONELLA CHOLERAESUIS, ESCHERICHIA COLI E PSEUDOMONAS AERUGINOSA.	GALÃO	70	R\$ 15,48	R\$ 1.083,37
VALOR TOTAL LOTE 05:					R\$ 111.417,98

ITEM	LOTE 06	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	PAPEL HIGIÊNICO <u>FOLHA DUPLA</u> 30M X 10 cm, PICOTADO DE BOA QUALIDADE - FARDO CONTENDO 16 PACOTES COM 04 UNIDADES CADA PACOTE.	FARD	195	R\$ 120,03	R\$ 23.406,50
2	PAPEL HIGIÊNICO <u>FOLHA SIMPLES</u> 30M X 10CM, PICOTADO DE BOA QUALIDADE FARDO C/64UN	FARD	253	R\$ 73,23	R\$ 18.525,93
3	PAPEL TOALHA PARA BANHEIRO, FARDO COM 12 PACOTES X 20X100M	FARD	151	R\$ 110,53	R\$ 16.690,03
4	PAPEL TOALHA, MATERIAL 100% FIBRAS CELULÓSICAS, TIPO FOLHA 2 DOBRAS (FOLHA DUPLA), COMPRIMENTO 20 CM, LARGURA 22 CM, COR BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS RESISTENTE A TRAÇÃO, SEM FRAGÂNCIA, 1 QUALIDADE- PACOTE CONTENDO 2 ROLOS COM 60 TOALHAS CADA ROLO - FARDO COM 12 PACOTES.	FARD	120	R\$ 70,16	R\$ 8.418,80
5	PAPEL TOALHA MULTIUSO, FOLHA DUPLA PICOTADA, FARDO COM 24 ROLOS, DIMENSÕES 22x20CM, ALTA GRAU DE ALVURA E ABSORÇÃO	FARD	150	R\$ 76,67	R\$ 11.500,00
6	PAPEL TOALHA DESCARTÁVEL C/ 02 ROLOS 22X20 FARDO C/24	FARD	101	R\$ 144,98	R\$ 14.643,32
7	PAPEL TOLHA INTERFOLHA 23X21 2 DOBRAS LUXO C/ 1000 FOLHAS	PCT	500	R\$ 14,56	R\$ 7.278,33
8	PAPEL TOALHA EM BOBINA DE GRAMATURA BAIXA PARA DISPENSER AUTO CORTE FOLHA SIMPLES CAIXA COM 6 ROLOS DE 20CM X 200M	CX	80	R\$ 115,80	R\$ 9.264,00



EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 00_/2026

	GRAMATURA MÉDIA: 24 G/M². MATÉRIA PRIMA: 100% CELULOSE VIRGEM				
9	PAPEL ALUMÍNIO 30cmX4m	UND	108	R\$ 4,43	R\$ 478,80
10	PAPEL ALUMÍNIO, MATERIAL ALUMÍNIO, COMPRIMENTO 7,50 M, LARGURA 30 CM, APRESENTAÇÃO ROLO	UND	75	R\$ 5,64	R\$ 422,75
11	FILME PLÁSTICO, MATERIAL PVC-CLORETO DE POLIVINILA, COMPRIMENTO 15M, LARGURA 28 CM, APRESENTAÇÃO ROLO	UND	138	R\$ 4,52	R\$ 623,30
12	GUARDANAPO DE PAPEL C/50 UNIDADES DE 20 X 22CM	PCT	140	R\$ 1,92	R\$ 268,33
13	GUARDANAPO DE PAPEL C/50 UNIDADES DE 30 X 32CM	PCT	160	R\$ 3,15	R\$ 504,53
VALOR TOTAL LOTE 06:					R\$ 112.024,62

ITEM	LOTE 07	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	BALDE DE 100 LITROS COM TAMPA	UND	32	R\$ 73,74	R\$ 2.359,57
2	BALDE DE LIXO EM PLÁSTICO COM TAMPA E PEDAL 50L - MATERIAL RESISTENTE	UND	45	R\$ 102,96	R\$ 4.633,05
3	BALDE DE LIXO EM PLASTICO C/TAMPA E PEDAL 20L	UND	12	R\$ 48,25	R\$ 579,00
4	BALDE DE LIXO EM PALSTICO C/ TAMPA E PEDAL 6L MATERIAL RESISTENTE	UND	60	R\$ 34,87	R\$ 2.092,00
5	BALDE PLASTICO C/ALÇA P/ÁGUA 15 LITROS	UND	52	R\$ 15,86	R\$ 824,72
6	BALDE PLASTICO C/ALÇA P/ÁGUA 21 LITROS	UND	40	R\$ 26,05	R\$ 1.041,87
7	BALDE PLÁSTICO PARA CONCRETO COM ALÇA EM MATÁLICA COM PEGA EM PLÁSTICO- CAPACIDADE PARA 12 LITROS.	UND	130	R\$ 36,02	R\$ 4.682,17
8	BALDE COM CAPACIDADE PARA 32 LITROS COM ALÇA, ESPREMEDOR COM PRESSÃO LATERAL PARA MPOS, DIVISÓRIA INTERNA COM CAPACIDADE PARA 12 LITROS 4 RODIZIOS DE 50 MM, SUPORTE PARA FIXAÇÃO DOS CABOS DURANTE A LIMPEZA E PARA OS DESLOCAMENTOS, CANTOS ARRENDONDADS PARA FACILITAR A LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO.	UND	58	R\$ 626,00	R\$ 36.308,00



EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 00_/2026

9	REFIL PARA ESFREGAO MOP. ESPECIFICAÇÕES: REFIL PARA REPOSIÇÃO DO ESFREGÃO MOP, DIÂMETRO ENCAIXE 15,5 CM; MICROFIBRA 10 CM, COMPOSIÇÃO: MICROFIBRA	UND	50	R\$ 28,18	R\$ 1.409,17
10	REFIL MOP, FIOS DURAVEIS E RESISTENTES COM MUITA ABSORÇÃO, COMPOSTO DE MATERIA SINTETICA E TIRAS COMPOSTAS COM 100% ALGODÃO. PRODUTO NÃO PERECIVEL.	UND	30	R\$ 30,25	R\$ 907,50
11	REFIL MOP COM CABO, FIOS DURAVEIS E RESISTENTES COM MUITA ABSORÇÃO, COMPOSTO DE MATERIA SINTETICA E TIRAS COMPOSTAS COM 100% ALGODÃO. PRODUTO NÃO PERECIVEL.	UND	20	R\$ 62,09	R\$ 1.241,73
12	DESENTUPIDOR DE PIA LISO EM BORRACHA- MEDINDO BASE 30CM DE DIAMETRO E CABO DE 20 CM.	UND	65	R\$ 13,12	R\$ 852,58
13	DESENTUPIDOR DE VASO SANITÁRIO	UND	62	R\$ 38,35	R\$ 2.377,49
14	ESCOVA COM SUPORTE PARA LIMPEZA DE VASO SANITÁRIO - EM POLIETILENO, BASE COM CERDAS PLÁSTICAS DE POLIETILENO CONTENDO 9CM DE DIAMETRO, E SUPORTE COM 11,5 CM DE DIAMETRO E ALTURA DE CABO + BASE DE 34,5 CM E SUPORTE COM ALTURA DE 9CM - MATERIAL COM BOA RESISTÊNCIA, RIGIDEZ E DUREZA.	UND	59	R\$ 9,23	R\$ 544,37
15	ESCOVA PARA LIMPEZA, COM CERDAS DE NYLON, BASE DE MADEIRA DIMENSÕES 9X5X3cm	UND	108	R\$ 3,07	R\$ 331,56
16	ESPONJA DE LÃ DE AÇO P/LIMPEZA EM GERAL EMB. C/08UN. PESO LÍQUIDO 60G	PCT	480	R\$ 36,67	R\$ 17.600,00
17	ESPONJA DE LÃ DE AÇO P/LIMPEZA EM GERAL EMB. C/08UN. PESO LÍQUIDO 60G	UND	24	R\$ 2,48	R\$ 59,60
18	ESPONJA PARA LAVAR LOUÇAS, DUPLA FACE (UMA ESPONJOSA E OUTRA ABRASIVA), 1ª QUALIDADE.	UND	1672	R\$ 1,25	R\$ 2.085,82
19	FRASCO BORIFADOR/PUVERIZADOR PLASTICO COM BICO -COR: TRANSPARENTE OU BRANCO - COM CAPACIDADE PARA 500ML	UND	140	R\$ 6,60	R\$ 924,00
20	FRASCO BORRIFADOR/PULVERIZADOR PLÁSTICO COM BICO - COR: TRANSPARENTE OU BRANCO - COM CAPACIDADE PARA 500 ml.	UND	74	R\$ 6,59	R\$ 487,91
21	LIXEIRA C/ PEDAL PLASTICO - 5L	UND	43	R\$ 37,53	R\$ 1.613,58



EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 00_/2026

22	LIXEIRA C/ PEDAL PLASTICO DE MATERIAL EM PLASTICO - CAPACIDADE DE 100L	UND	34	R\$ 178,62	R\$ 6.073,08
23	LIXEIRA PLÁSTICA C/ PEDAL - 6 L	UND	80	R\$ 36,00	R\$ 2.880,00
24	LIXEIRA COLETORA COM RODAS 120 LITROS, SEM PEDAL, COM RODAS DE BORRACHA COM 200MM DE DIÂMETRO E EIXO REFORÇADO. MATERIAL: PEAD (POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE) OU PP (POLIPROPILENO). DIMENSÕES DO COLETOR: 94 CM (ALTURA) X 46 CM (LARGURA) X 55 CM (PROFUNDIDADE).	UND	35	R\$ 835,05	R\$ 29.226,75
25	PA, COLETORA PARA LIXO, EM POLIETILENO, COM CABO	UND	82	R\$ 9,63	R\$ 789,93
26	PA, COLETOR PARA LIXO, EM POLIETILENO, BASE 22X5X15(CXAXL), COM CABO EM MADEIRA PLASTIFICADO MEDINDO 75CM	UND	50	R\$ 9,63	R\$ 481,67
VALOR TOTAL LOTE 07:					R\$ 122.407,12

ITEM	LOTE 08	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	FLANELA PARA LIMPEZA, GRANDE, 40X60CM APROX, NA COR AMARELA, 1º QUALIDADE	UND	460	R\$ 2,88	R\$ 1.323,65
2	PANO DE CHÃO- SACO DE ALGODÃO, COMPOSIÇÃO: SACO BRANCO DUPLO, 100% ALGODÃO, ALVEJADO, PRÉ-AMACIADO, EMBALAGEM: PACOTE CONTENDO 01 UNIDADE, NA MEDIDA 65 CM X 44 CM, USO DOMÉSTICO.	UND	300	R\$ 5,98	R\$ 1.792,50
3	PANO DE CHÃO, EM ALGODÃO LAVADO, TIPO SACO, PARA LIMPEZA NA COR BRANCA, COM DIMENSÕES APROXIMADAS 65X40, 1º QUALIDADE	UND	452	R\$ 5,83	R\$ 2.636,67
4	TOALHA PARA PRATO: PANO PRATO, MATERIAL ALGODÃO CRÚ, COMPRIMENTO 60, LARGURA 40, COR BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ABSORVENTE/LAVÁVEL E DURÁVEL	UND	372	R\$ 5,34	R\$ 1.986,48
5	AVENTAL EM PANO, NOME AVENTAL PARA USO DOMÉSTICO	UND	25	R\$ 35,55	R\$ 888,83



EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 00_/2026

6	AVENTAL IMPERMEÁVEL P/COZINHA EM PVC BRANCO AVENTAL À BASE DE PVC COM ALÇA NO PESCOÇO E AJUSTES NA REGIÃO DA CINTURA, PROTEÇÃO CONTRA RESPINGOS DE ÁGUA E PRODUTOS QUÍMICOS EM BAIXAS CONCENTRAÇÕES CARACTERÍSTICAS: MEDIDA: 72X51CM. NÃO POSSUI FORRO.	UND	90	R\$ 18,18	R\$ 1.636,20
7	COADOR DE PANO EM ALGODÃO, Nº 15 PARA CAFÉ	UND	39	R\$ 4,36	R\$ 170,04
VALOR TOTAL LOTE 08:					R\$ 10.434,37

ITEM	LOTE 09	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	LUVA DE LATEX, NA COR AMARELA, RESISTENTE, FLOCADO INTERNAMENTE EM ALGODÃO, COMPRIMENTO NÃO INFERIOR A 30 cm, TAM (M,G)	PARES	260	R\$ 5,93	R\$ 1.541,80
2	LUVA DE LATEX, NA COR AMARELA, RESISTENTE FLOCADO INTERNAMENTE EM ALGODÃO, COMPRIMENTO NÃO INFERIOR A 30 CM, TAM P	PARES	220	R\$ 5,70	R\$ 1.254,00
3	LUVA DE LATEX, NA COR AMARELA, RESISTENTE FLOCADO INTERNAMENTE EM ALGODÃO, COMPRIMENTO NÃO INFERIOR A 30 CM, TAM G	PARES	202	R\$ 5,77	R\$ 1.164,87
4	LUVA DE LATEX, NA COR AMARELA, RESISTENTE, FLOCADO INTERNAMENTE EM ALGODÃO, COMPRIMENTO NÃO INFERIOR A 30 cm, TAM M	PARES	260	R\$ 5,93	R\$ 1.542,67
5	LUVA DESCARTÁVEL, MATERIAL PLÁSTICO, APLICAÇÃO MANIPULAÇÃO ALIMENTOS, TAMANHO ÚNICO, APRESENTAÇÃO TRANSPARENTE, CAIXA COM 100 UNIDADES.	CX	93	R\$ 3,75	R\$ 348,75
6	LUVA DE PROCEDIMENTO, EM LÁTEX 100% NATURAL, NÃO ESTÉRIL, AMBIDESTRAIS, RESISTENTES, COM TENSÃO DE RUPTURA MÍNIMA, ATENDENDO AO PADRÃO 1.5 AQL, IMPERMEÁVEL À ÁGUA E OUTROS FLUÍDOS, SUPERFÍCIE LISA, CAIXA COM 100 UNIDADES.	CX	110	R\$ 29,91	R\$ 3.290,10



EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 00_/2026

7	MÁSCARA FACIAL DESCARTÁVEL (PRODUTO NÃO ESTERILIZADO) NÍVEL DE PROTEÇÃO: EFICIÊNCIA DE FILTRAGEM BACTERIANA (BFE) = 95 % TAMANHO: 175MM X 95MM (TIPO ALÇA DE ORELHA) COMPOSIÇÃO DO PRODUTO: 3 CAMADAS (CAMADA EXTERIOR IMPERMEÁVEL E REPELENTE, INTERMÉDIA DE FILTRAGEM DE AGENTES PATOGENICOS E UMA INTERIOR ABSORVENTE DE ÁGUA, TRANSPIRAÇÃO E SALIVA) EMBALAGEM COM 50 UNIDADES.	CX	150	R\$ 18,63	R\$ 2.793,75
8	TOUCA DESCARTÁVEL C/ ELÁSTICO C/ 100	CX	80	R\$ 16,27	R\$ 1.301,33
VALOR TOTAL LOTE 09:					R\$ 13.237,27

ITEM	LOTE 10	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	SACOLA PLASTICA RECICLADA RESISTENTE, COM ALÇA, LISA, COR AMARELA E /OU VERDE TAMANHO 60X30 CM (C X L)	CENTRO	60	R\$ 66,00	R\$ 3.960,00
2	SACOLINHAS PLÁSTICA RESISTENTE DE 10KG (AMARELA) COM ALÇA	UND	700	R\$ 14,40	R\$ 10.080,00
3	SACOLA PLÁSTICA RESISTENTE CAPACIDADE 40 KG COR AMARELA COM ALÇA	UND	600	R\$ 17,17	R\$ 10.300,00
4	BOBINA PICOTADA ALTA RESISTÊNCIA 40 CM X 60CM COM 250 SACOS TRANSPARENTES	UND	100	R\$ 109,45	R\$ 10.945,00
5	SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE 40X60 CM PRODUZIDOS EM POLIETILENO, ATÓXICO, INODORO E INCOLOR. ALTA DENSIDADE, MEDINDO 40X60CMX0,06MM DE ESPESSURA. PACOTE COM 100 UND.	PCT	5	R\$ 71,50	R\$ 357,48
6	SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE, CAPACIDADE 1 KG, APLICAÇÃO ACONDICIONAMENTO DE ALIMENTOS. PCT C/ 100 UND	PCT	62	R\$ 67,25	R\$ 4.169,50
7	SAQUINHO PLASTICO TRANSPARENTE TAM 15CM X20CM, EMBALAGEM CONTENDO 100 UNIDADES	PCT	20	R\$ 46,60	R\$ 932,00



EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 00_/2026

8	SACO PLÁSTICO PARA CACHORRO - QUENTE, TAMANHO 11CM X 20CM, EMBALAGEM COM 100 UNIDADES, BRANCO.	PCT	10	R\$ 5,10	R\$ 51,00
9	SACO PARA PIPOCA, TAM. MÍNIMO 17cm ALTURA X 8cm LARGURA, PACOTE COM 50 UNIDADES	PCT	200	R\$ 4,61	R\$ 922,67
10	SACOS PLÁSTICOS PARA CACHORRO QUENTE, 25x14 CM, PACOTES C/100 UND.	PCT	200	R\$ 6,34	R\$ 1.268,50
11	SACO, MATERIAL PLÁSTICO, APLICAÇÃO EMBALAGEM, ALTURA 190 MM, LARGURA 300 MM, ESPESSURA 0,20 MM, TRANSMITÂNCIA TRANSPARENTE. PCT COM 100	PCT	5	R\$ 55,29	R\$ 276,43
12	SACO PLASTICO TRANSPARENTE, PARA EMBALAGEM 5KG, PCT C/ 100 UND	PCT	58	R\$ 197,75	R\$ 11.469,21
13	SACO PARA PIPOCA, TAM. MÍNIMO 17cm ALTURA X 8cm LARGURA, PACOTE COM 50 UNIDADES	PAC	26	R\$ 10,84	R\$ 281,93
14	EMBALAGEM PARA CACHORRO QUENTE, PCT COM 100 UNIDADES	PCT	2	R\$ 92,90	R\$ 185,80
15	SACO P/ LIXO EM ROLO SUPER RESITENTE 100L 75 CMX1,05 CLASSE 1 TIPO-E PENTES COM 15 UND CADA	PCT	170	R\$ 41,28	R\$ 7.016,75
16	SACO P/ LIXO EM ROLO SUPER RESISTENTE 100L 75 CMX1,05 CLASSE 1 TIPO-E PENTES COM 15 UND CADA	PCT	330	R\$ 48,64	R\$ 16.051,20
17	SACO P/ LIXO EM ROLO SUPER RESISTENTE 200L - 90 CMX115 CLASSE 1 PACOTE COM 100 UND	PCT	410	R\$ 78,37	R\$ 32.131,70
18	SACO PARA LIXO - CAPACIDADE 15L - FARDO COM 25 PACOTESC/10 UND	FARD	195	R\$ 56,53	R\$ 11.022,86
19	SACO PARA LIXO - CAPACIDADE 30L - FARDO COM 25 PACOTES C/10 UND	FARD	416	R\$ 58,86	R\$ 24.486,80
20	SACO PARA LIXO - CAPACIDADE 50L - FARDO COM 25 PACOTES C/10 UND	FARD	380	R\$ 62,89	R\$ 23.899,15
21	SACO PARA LIXO REFORÇADO, CAPACIDADE 100L, MEDIDA 75X105 CM TIPO 1 - PACOTE COM 200 UNIDADES - COR PRETA.	PAC	102	R\$ 95,63	R\$ 9.753,92
22	SACO PARA LIXO REFORÇADO, CAPACIDADE 50L, MEDIDA 63X80CM TIPO 1 - PACOTE COM 200 UNIDADES - COR PRETA.	PAC	37	R\$ 54,57	R\$ 2.019,21
VALOR TOTAL LOTE 10:					R\$ 181.581,12



EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 00_/2026

ITEM	LOTE 11	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	RODO COM CABO E SUPORTE EM MADEIRA, COR NATURAL, CONTENDO DUAS BORRACHAS, MEDINDO 80CM, RESISTENTE, 1º QUALIDADE.	UND	75	R\$ 18,23	R\$ 1.367,50
	RODO COM CABO E SUPORTE EM MADEIRA, COR NATURAL, CONTENDO DUAS BORRACHAS, MEDINDO 120CM, RESISTENTE, 1º QUALIDADE	UND	70	R\$ 15,75	R\$ 1.102,50
2	RODOS PLASTICO PARA PISO, CEPA EM POLIPROPENO, CABO COM ENCAIXE ROSQUEADO, BORRACHA RESISTENTE BASE COM 40CM	UND	94	R\$ 11,43	R\$ 1.073,95
3	RODOS PARA PISO, CEPA EM POLIPROPENO, CABO COM ENCAIXE ROSQUEADO CONTENDO DUAS BORRACHAS, MEDINDO: TAMANHO DO RODO: 40CM; TAMANHO DO CABO:120CM, RESISTENTE, 1º QUALIDADE	UND	20	R\$ 11,43	R\$ 228,50
4	TAPETE DESINFECTANTE/SANITIZANTE, TIPO PEDILÚVIO, ANTIDERRAPANTE, ANTICHAMAS, ANTIFÚNGICO, BASE EMBORRACHADA, COM SISTEMA ANTIVAZAMENTO DA SOLUÇÃO SANITIZANTE, EM COR A DEFINIR, DEVENDO A TRAMA DO TAPETE SEPARAR E CONTER A SUJEIRA DOS CALÇADOS.ESPESSURA 13MM, DIMENSÕES MÍNIMAS 70CM X 50CM – 2 EM 1 CONTENDO UMA PARTE PARA SANITIZAR E O OUTRA PARA SECAR.	UND	81	R\$ 148,80	R\$ 12.052,40
5	VASILHA PLÁSTICA COM TAMPA, CAPACIDADE PARA 5 LITROS	UND	33	R\$ 15,42	R\$ 508,97
6	VASCULHADOR EM PALHA COM CABO DE MADEIRA COM COMPRIMENTO DE 2M	UND	23	R\$ 21,80	R\$ 501,32
7	VASCULHADOR COM CABO DE MADEIRA	UND	32	R\$ 20,46	R\$ 654,83
8	VASSOURA COM PELO 30CM, COM CABO EM MADEIRA, BASE RETANGULAR, DIMENSÕES 250MM, RESISTENTE, 1º QUALIDADE.	UND	86	R\$ 12,30	R\$ 1.057,80
9	VASSOURA COM CERDAS EM PIACAVA, BASE RETANGULAR EM MADEIRA LARGURA220MM, COM 22FUROS, CABO EM MADEIRA COMPRIMENTO 1100MM.	UND	206	R\$ 13,98	R\$ 2.879,37
10	VASSOURA EM PALHA, CABO EM MADEIRA DE 1100MM	UND	380	R\$ 11,58	R\$ 4.398,50
11	VASSOURA DE PIASSAVA 18 GOMOS	UND	660	R\$ 12,31	R\$ 8.121,30



EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 00_/2026

12	VASSOURÃO GARI PESADA REF 380	UND	100	R\$ 18,35	R\$ 1.834,67
13	VASSOURINHA EM PIAÇAVA, PARA LIMPEZA DE VASO, BASE REDONDA EM MADEIRA, COMPRIMENTO TOTAL DE 30CM	UND	74	R\$ 9,90	R\$ 732,35
VALOR TOTAL LOTE 11:					R\$ 36.513,95

ITEM	LOTE 12	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	ABSORVENTE PÓS-PARTO PACOTE COM 15 UNIDADE	UND	50	R\$ 18,21	R\$ 910,50
2	FRALDA DESCARTÁVEL TAM. P, ATOXICA FARDO C/20 PACOTES C/ 8 UND.	FARD	2	R\$ 295,00	R\$ 590,00
3	FRALDA DESCARTÁVEL TAM. M, ATOXICA FARDO C/20 PACOTES C/ 8 UND.	FARD	58	R\$ 290,13	R\$ 16.827,54
4	FRALDAS DESCARTÁVEIS TAM. G, FARDO COM 20 PACOTES.C/ 7 UND	FARD	120	R\$ 238,33	R\$ 28.600,00
5	FRALDAS DESCARTÁVEIS TAM. XG (EXTRA GRANDE), FARDO COM 20 PACOTES.C/ 6 UND	FARD	300	R\$ 181,70	R\$ 54.510,00
6	FRALDA GERIÁTRICA DESCARTÁVEL TAM. EG, PARA ADULTOS COM PESO ACIMA DE 90 KG COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES: COM INDICADOR DE UMIDADE, MÚLTIPLOS ELÁSTICOS, COBERTURA FILTRANTE SUAVE ATÓXICA, RESISTENTE, HIPOALÉRGICA, FLOCOS EM GEL, SUPER ABSORVENTE PARA MAIOR ABSORVIÇÃO E MELHOR DISTRIBUIÇÃO DE LÍQUIDO, INDICADOR DE UMIDADE/TROCA, FITAS REPOSICIONÁVEIS, QUE POSSIBILITAM VÁRIOS AJUSTES SEM ANIFICAR A FRALDA AO ABRIR E FECHAR, DESENHO ANATÔMICO – PACOTE COM 7 UNIDADES.	PC	150	R\$ 63,95	R\$ 9.593,00



EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 00_/2026

7	FRALDA GERIÁTRICA DESCARTÁVEL TAMANHO G, PARA ADULTOS COM PESO DE 70 A 90 KG COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES: COM INDICADOR DE UMIDADE, MÚLTIPLOS ELÁSTICOS, COBERTURA FILTRANTE SUAVE ATÓXICA, RESISTENTE, HIPOALÉRGICA, FLOCOS EM GEL, SUPER ABSOLVENTE PARA MAIOR ABSOLVIÇÃO E MELHOR DISTRIBUIÇÃO DE LÍQUIDO, INDICADOR DE UMIDADE/TROCA, FITAS REPOSICIONÁVEIS, QUE POSSIBILITAM VÁRIOS AJUSTES SEM DANIFICAR A FRALDA AO ABRIR E FECHAR, DESENHO ANATÔMICO - PACOTE COM 08 UNIDADES	PC	500	R\$ 76,75	R\$ 38.375,00
8	FRALDA GERIÁTRICA DESCARTÁVEL TAM. M, PARA ADULTOS COM PESO DE 40 A 70 KG COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES: COM INDICADOR DE UMIDADE, MÚLTIPLOS ELÁSTICOS, COBERTURA FILTRANTE SUAVE ATÓXICA, RESISTENTE, HIPOALÉRGICA, FLOCOS EM GEL, SUPER ABSOLVENTE PARA MAIOR ABSOLVIÇÃO E MELHOR DISTRIBUIÇÃO DE LÍQUIDO, INDICADOR DE UMIDADE/TROCA, FITAS REPOSICIONÁVEIS, QUE POSSIBILITAM VÁRIOS AJUSTES SEM DANIFICAR A FRALDA AO ABRIR E FECHAR, DESENHO ANATÔMICO – PACOTE COM 08 UNIDADES	PC	100	R\$ 75,39	R\$ 7.539,00
9	FRALDAS INFANTIL DESCARTÁVEL, TIPO FORMATO ANATÔMICO, TAM. GRANDE, PESO USUÁRIO ATÉ 15 KG, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS FLOCOS DE GEL, ABAS ANTIVAZAMENTO, FAIXA AJUSTÁVEL, TIPO ADESIVO FIXAÇÃO FITAS ADESIVAS MULTIAJUSTÁVEIS, TIPO USO NOTURNO - FARDO COM 20 PACOTES EM CADA PACOTE 7 UNIDADES	PC	50	R\$ 168,50	R\$ 8.425,00
VALOR TOTAL LOTE 12:					R\$ 165.370,04

ITEM	LOTE 13	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	BANDEJA DE ISOPOR PARA EMBALAGEM DIMENSÕES: 150x150x18mm C/ 100 UNIDADES	PAC	35	R\$ 18,98	R\$ 664,42



EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 00_/2026

2	BANDEJA DE ISOPOR COM TAMPA ARTICULADA PARA EMBALAGEM Cor: branca Largura: 12,5 cm Altura: 3,5 cm Comprimento: 12,5 cm C/ 100 UNIDADES	PAC	35	R\$ 31,15	R\$ 1.090,25
3	FORMINHA DE PAPEL E DOCES MODELO Nº 4 PC COM 100 UND, CORES VARIADAS	PCT	50	R\$ 4,15	R\$ 207,50
4	FORMINHA DE PAPEL E DOCES MODELO Nº6 PCT COM 100 UNID, CORES VARIADAS	PCT	30	R\$ 7,93	R\$ 238,00
5	FORMINHA DE PAPEL PARA CUPCAKE E DOCES MODELO Nº0 PC COM 100 UND, CORES VARIADAS	PCT	40	R\$ 12,30	R\$ 492,00
6	FORMINHA METALIZADA Nº6, PC COM 100 UND, CORES VARIADAS	PCT	30	R\$ 15,45	R\$ 463,50
7	FORMINHA METALIZADA Nº2, PC COM 100 UND, CORES VARIADAS	PCT	30	R\$ 10,28	R\$ 308,25
8	FORMINHA METALIZADA Nº4, PC COM 100 UND, CORES VARIADAS	PCT	30	R\$ 12,35	R\$ 370,50
9	FORMINHAS DE PAPEL IMPERMEÁVEL PARA ASSAR MINI BOLOS, CUPCAKES E OUTROS, MODELO Nº2, PC COM 100 UNID, CORES VARIADAS	PCT	30	R\$ 25,75	R\$ 772,50
10	PRATO PLASTICO DESCARTÁVEL 15 CM, BRANCO PCT COM 10 UNID	PCT	260	R\$ 3,04	R\$ 789,75
11	PRATO PLASTICO DESCARTÁVEL 21 CM, BRANCO PCT COM 10 UNID	PCT	220	R\$ 3,37	R\$ 740,67
12	PRATOS DESCARTÁVEIS TAM. GRANDE - PACOTES C/10UN	PCT	660	R\$ 6,31	R\$ 4.162,40
13	PRATOS DESCARTÁVEIS TAM. MÉDIO - PACOTES C/10UN	PCT	650	R\$ 3,40	R\$ 2.210,00
14	PRATOS DESCARTÁVEIS TAM. PEQUENO - PACOTES C/10UN	PCT	550	R\$ 1,88	R\$ 1.035,83
15	POTE PLÁSTICO DESCARTÁVEL RETANGULAR DE 400 ML COM TAMPA	UND	1510	R\$ 4,43	R\$ 6.694,33
16	COLHER DESCARTÁVEL, PLÁSTICO, INCOLOR, PEQUENA, PARA SOBREMESA, PACOTE COM 50 UNIDADES	PCT	290	R\$ 4,94	R\$ 1.433,33
17	COLHER DESCARTÁVEL, PLÁSTICO, INCOLOR, GRANDE, PARA REFEIÇÃO, PACOTE COM 50 UNIDADES	PCT	300	R\$ 4,74	R\$ 1.421,00



EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 00_/2026

18	COLHER DE PLASTICO DESCARTÁVEL, BRANCA, PCT COM 50 UNIDADES	PCT	60	R\$ 4,61	R\$ 276,60
19	GARFO DE PLASTICO DESCARTÁVEL, BRANCA, PCT COM 50 UNIDADES	PCT	80	R\$ 4,73	R\$ 378,40
20	GARFO DESCARTÁVEL, MESA, PLÁSTICO, ADULTO, INCOLOR, GRANDE, PARA REFEIÇÃO, PACOTE COM 50 UNIDADES.	PCT	380	R\$ 4,70	R\$ 1.786,00
21	GARFO DESCARTÁVEL, MESA, PLÁSTICO, ADULTO, INCOLOR, PEQUENO, PARA REFEIÇÃO, PACOTE COM 50 UNIDADES.	PCT	390	R\$ 4,02	R\$ 1.566,50
22	FACA DE PLASTICO DESCARTÁVEL GRANDE, BRANCA, PCT COM 50 UNIDADES	PCT	155	R\$ 4,93	R\$ 763,38
23	COPO DESCARTAVEL 200 ML, BRANCO, PACOTE CONTENDO 100 COPOS.	PCT	1050	R\$ 6,85	R\$ 7.192,50
24	COPO DESCARTAVEL 50 ML, BRANCO, PACOTE CONTENDO 100 COPOS.	PCT	265	R\$ 2,74	R\$ 726,98
25	CANUDO DESCARTÁVEL ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: MATERIAL PLÁSTICO DESCARTÁVEL CONTEÚDO DA EMBALAGEM: 1 PACOTE COM 100 UNIDADES DE CANUDOS AVULSOS EMBALADOS 1X1.	PCT	53	R\$ 11,82	R\$ 626,64
VALOR TOTAL LOTE 13:					R\$ 36.411,22

ITEM	LOTE 14	UND	QTD TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	ABRIDOR DE LATA INOX	UND	7	R\$ 5,25	R\$ 36,75
2	ABRIDOR DE LATAS E GARRAFAS 9CM . COMPOSIÇÃO: AÇO INOX DIMENSÃO DA EMBALAGEM: 15,5X8X2CM. DIMENSÃO DO PRODUTO: 9CM	UND	10	R\$ 7,00	R\$ 70,00
3	DESCASCADOR FATIADOR DE LEGUMES FRUTAS VERDURAS COMPOSIÇÃO: AÇO INOX E POLIPROPILENO. PESO: 74 G. FATIADOR/DESCASCADOR: COMP.18 X LARG.10. LÂMINAS: COMP.6 X LARG.3	UND	6	R\$ 15,28	R\$ 91,65
4	ESCOVA PARA LIMPEZA, COM CERDAS DE NYLON, BASE DE MADEIRA, DIMENSÕES 9X5X3cm	UND	10	R\$ 7,17	R\$ 71,65
5	CONJUNTO DE VASILHAS PLÁSTICAS C/3 ELEMENTOS, TAM. P-M-G, ATOXICA	CONJ.	47	R\$ 38,99	R\$ 1.832,53



EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 00_/2026

6	FORMA PARA GELO EM BARRA PLÁSTICA 29,5 X 7 CM	UND	22	R\$ 7,90	R\$ 173,69
7	JARRA PLÁSTICA PARA ÁGUA 3 L RESISTENTE	UND	27	R\$ 24,53	R\$ 662,18
8	JARRA PLÁSTICA PARA ÁGUA 5 L RESISTENTE	UND	25	R\$ 34,00	R\$ 850,00
9	PENEIRA EM AÇO INOX 10CM. MATERIAL TELA: INOX. MATERIAL CABO: INOX. ACABAMENTO: POLIDO. MEDIDAS DA TELA: 10CM. COMPRIMENTO: 23CM. COM ALÇA DE APOIO E CABO PERFURADO PARA PENDURAR.	UND	11	R\$ 13,21	R\$ 145,26
10	PENEIRA COADOR GRANDE PLÁSTICA COM CABO 20 CM. MATERIAL PLÁSTICO. TAMANHO 20 CM DE PENEIRA. TAMANHO TOTAL 30 CM CORES VARIADAS.	UND	18	R\$ 13,23	R\$ 238,05
11	PENEIRA PLÁSTICA MEDIA ARO 12 CM	UND	13	R\$ 7,30	R\$ 94,84
12	PENEIRA PLÁSTICA Nº 4	UND	2	R\$ 12,19	R\$ 24,37
13	PORTA CONDIMENTOS DE VIDRO HERMÉTICO COM TAMPA 120ML MEDIDAS:11CM ALTURA X 4CM DIÂMETRO	UND	16	R\$ 12,00	R\$ 192,00
14	RALADOR QUEIJO LEGUMES FRUTAS MANUAL 4 FACES 8" POLEGADAS EM AÇO INOX. COMPRIMENTO: 9CM LARGURA: 6,5CM. ALTURA: 22CM	UND	17	R\$ 31,85	R\$ 541,37
15	PRENDEDOR PLÁSTICO PARA ROUPAS EMB. 12 UND	PCT	30	R\$ 6,35	R\$ 190,50
16	TÁBUA P/ CARNE EM PLÁSTICO COM CABO	UND	17	R\$ 41,60	R\$ 707,20
17	SUPORTE PAPEL TOALHA, FILME E ALUMÍNIO . MATERIAL: PVC CORTADOR DE ROLO REDONDO APROPRIADO PARA CORTAR ALUMÍNIO CORTADOR TRIANGULAR ADEQUADO PARA CORTAR FILME PLÁSTICO ABASTECIMENTO FRONTAL. MEDIDAS: COMPRIMENTO: 39 CM. LARGURA: 10 CM. ALTURA: 24,3 CM	UND	40	R\$ 50,20	R\$ 2.008,00
18	FUNIL Nº 12 EM PLÁSTICO. COMPOSIÇÃO POLIPROPILENO. PARTE SUPERIOR 12CM DIÂMETRO. PARTE INFERIOR 1,2CM DIÂMETRO. ALTURA 10CM	UND	10	R\$ 2,43	R\$ 24,25



EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 00_/2026

19	BATEDOR FUER INOX BATEDOR DE OVOS MISTURADOR COZINHA 31CM CARACTERÍSTICAS: MATERIAL : AÇO INOX. MEDIDAS: 31 CM. PESO APROX. 300G	UND	10	R\$ 24,86	R\$ 248,60
20	AMOLADOR DE FACA CHAIRA ESTRIADO 12 PARA AFIAR. ESPECIFICAÇÕES : USO: DOMÉSTICO/PROFISSIONAL. MATERIAL DA HASTE: AÇO CARBONO REVESTIDO COM CROMO-DURO. CABO: PP ANTIMICROBIAL. COMPRIMENTO HASTE: 30 CM / 12 POLEGADAS; COMPRIMENTO DO CABO: 14 CM ACABAMENTO ESTRIADO	UND	10	R\$ 32,27	R\$ 322,65
21	SUPORTE PARA BOTIJÃO DE GÁS REFORÇADO,CAPACIDADE DE CARGA: 13 KG. COMPOSIÇÃO: POLIPROPILENO / METAL. PLÁSTICO RESISTENTE; RODÍZIOS EM METAL COM GIRO DE 360 GRAUS. DIMENSÕES DO PRODUTO MÍNIMA (A X L X P): 9 CM X 22 CM X 22 CM. MÁXIMA (A X L X P): 9 CM X 29 CM X 29 CM	UND	24	R\$ 9,00	R\$ 216,00
22	SUPORTE PARA GARRAFÃO DE ÁGUA DE 20 L COM TORNEIRA.	UND	25	R\$ 36,10	R\$ 902,50
23	VASILHA PLASTICA COM TAMPA TRANSPARENTE. DIMENSÕES: 12X8X5 CM	UND	30	R\$ 3,00	R\$ 90,00
24	VASILHA PLASTICA COM TAMPA TRANSPARENTE. DIMENSÕES: 8X10,5X5 CM, COM CAPACIDADE PARA 200 ML	UND	30	R\$ 2,80	R\$ 84,00
25	VASILHA PLASTICA COM TAMPA TRANSPARENTE. DIMENSÕES: 33X22X11 CM, COM CAPACIDADE PARA 5L	UND	10	R\$ 30,63	R\$ 306,25

VALOR TOTAL LOTE 14:

R\$ 10.124,27

ITEM	LOTE 15	UND	QTD TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	ASSADEIRA DE ALUMÍNIO RETANGULAR ALTA, Nº 5 - 45CM x 30CM x 5CM x 10Lt	UND	15	R\$ 62,00	R\$ 930,00
2	ASSADEIRA DE ALUMÍNIO RETANGULAR ALTA, Nº 4 - 40CM x 29CM x 6CM x 6,3Lt	UND	13	R\$ 59,00	R\$ 766,94



EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 00_/2026

3	ASSADEIRA DE ALUMÍNIO RETANGULAR ALTA, Nº 3 - 36CM x 25CM x 5CM x 4,7Lt	UND	13	R\$ 46,50	R\$ 604,50
4	CAÇAROLA HOTEL Nº 32 ALUMÍNIO POLIDO COM TAMPA E ALÇAS 11,9 LITROS. TAMANHO:ALTURA: 17 CM. LARGURA: 36 CM. COMPRIMENTO: 42 CM	UND	7	R\$ 163,34	R\$ 1.143,35
5	CAÇAROLA Nº 50 C/ TAMPA. MATERIAL: ALUMÍNIO. CAPACIDADE EM VOLUME: 41 LITROS.	UND	7	R\$ 339,90	R\$ 2.379,27
6	CAÇAROLA HOTEL LEVE EM ALUMÍNIO Nº 40 - MEDIDA : 40 CM DIAMETRO. ALTURA : 19 CM	UND	11	R\$ 233,50	R\$ 2.568,50
7	CACAROLA HOTEL - Nº24 (4,45L). DIÂMETRO: 24,0 CM;. ALTURA: 11,0 CM; CAPACIDADE: 4,45 L. MATERIAL DO CORPO EM ALUMÍNIO REFORÇADO.	UND	7	R\$ 116,50	R\$ 815,50
8	CAÇAROLA Nº 14 COM TAMPA	UND	4	R\$ 130,25	R\$ 521,00
9	PANELA CAÇAROLA ALUMÍNIO FUNDIDO/BATIDO ALÇA MADEIRA. TAMPA LEVE TAM 16. ALTURA: 10CM. CAPACIDADE: 1,35L. DIÂMETRO: 16CM.	UND	5	R\$ 125,00	R\$ 625,00
10	CALDEIRÃO DE ALUMÍNIO LINHA HOTEL Nº 32; CAPACIDADE PARA 22,5 LITROS; COM PEGADORES LATERAIS DE ALUMÍNIO E TAMPA. MEDIDAS: ALTURA: 28 CM; - DIAMETRO DA BOCA: 32 CM; - ESPESSURA: 3,0 MM	UND	17	R\$ 293,00	R\$ 4.981,00
11	CALDEIRÃO DE ALUMÍNIO 10 LITROS, COM TAMPA.	UND	15	R\$ 105,60	R\$ 1.584,00
12	CALDEIRÃO DE ALUMÍNIO 20 LITROS, 32 CM, COM TAMPA.	UND	15	R\$ 151,50	R\$ 2.272,50
13	CANECÃO EM ALUMÍNIO POLIDO Nº18 (3,6 LITROS). CARACTERÍSTICAS: NÃO ENFERRUJA; FÁCIL HIGIENIZAÇÃO E MANUSEIO; COM BORDA ENCURVADA; CABO DE MADEIRA ENVERNIZADA. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: DIÂMETRO: 18,0 CM; ALTURA: 16 CM; CAPACIDADE: 3,6 L; PESO VAZIO: 0,29 KG	UND	12	R\$ 54,50	R\$ 654,00
14	CANECÃO DE ALUMÍNIO POLIDO COM CABO DE MADEIRA. TAMANHO: 14. DIÂMETRO: 14. ALTURA: 13. CAPACIDADE: 1,7 LITROS.	UND	10	R\$ 43,53	R\$ 435,30
15	CANECÃO PARA CAFÉ Nº 16 COM TAMPA	UND	1	R\$ 50,76	R\$ 50,76



EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 00_/2026

16	CUSCUZEIRO INDUSTRIAL Nº 30. 14,4LITROS. MATERIAL ALUMÍNIO. DIMENSÕES: (LXAXP) 30CX30X30CM.	UND	6	R\$ 117,88	R\$ 707,25
17	CUSCUZEIRO INDUSTRIAL Nº 16 . MATERIAL ALUMÍNIO.	UND	5	R\$ 189,00	R\$ 945,00
18	ESCORREDOR DE MACARRÃO ALUMÍNIO 30 LITROS N50 MATERIAL DO CORPO EM ALUMÍNIO REFORÇADO COM BORDA ARREDONDA CAPACIDADE: 30,00 L; PESO: 1.8 KG	UND	12	R\$ 123,50	R\$ 1.482,00
19	ESCORREDOR GRANDE DE ALUMÍNIO COM CAPACIDADE PARA 3KG	UND	6	R\$ 59,92	R\$ 359,52
20	ESCORREDOR 20 PRATOS INOX COM PORTA TALHER INOX . DIMENSÕES: COMPRIMENTO: 51CM (COMPRIMENTO TOTAL COM PORTA TALHER 56CM) LARGURA: 29CM ALTURA: 28CM MATERIAL: INOX	UND	21	R\$ 83,99	R\$ 1.763,79
21	FRIGIDEIRA GRANDE COM TAMPA ANTIADERENTE. MATERIAL DO CORPO: ALUMÍNIO MATERIAL DO CABO: BAQUELITE. COMPRIMENTO X LARGURA X ALTURA: 46.5 CM X 28 CM X 15 CM. DIÂMETRO: 28 CM. PESO: 1.42 KG	UND	14	R\$ 71,07	R\$ 994,91
22	FRIGIDEIRA 16 CM COM TAMPA ANTIADERENTE. MATERIAL DO CORPO: ALUMÍNIO. MATERIAL DO CABO: BAQUELITE. COMPRIMENTO X LARGURA X ALTURA: 29 X 6.5 X 16.5 CENTÍMETROS	UND	12	R\$ 42,75	R\$ 513,00
23	TACHO DE ALUMÍNIO BATIDO CRAQUEADO PRETO 10 LITROS COM TAMPA. ALTURA X LARGURA: 11 CM X 35 CM. DIÂMETRO: 35 CM. PESO: 1.5 KG. MATERIAL: ALUMÍNIO	UND	7	R\$ 58,33	R\$ 408,31
VALOR TOTAL LOTE 15:					R\$ 27.505,38

ITEM	LOTE 16	UND	QTD TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	PANELA DE PRESSÃO DE 10 LITROS	UND	11	R\$ 169,50	R\$ 1.864,50
2	PANELA DE PRESSÃO DE 4,5 LITROS	UND	12	R\$ 71,50	R\$ 858,00
3	PANELA DE PRESSÃO DE 20 LITROS	UND	6	R\$ 670,00	R\$ 4.020,00
VALOR TOTAL LOTE 16:					R\$ 6.742,50



EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 00_/2026

ITEM	LOTE 17	UND	QTD TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	BACIA PLÁSTICA REDONDA 80L. CANELADA. BACIA PLÁSTICA C/ALÇA. CAPACIDADE: 80 LITROS MEDIDAS: 61 X 31CM (DIÂMETRO X ALTURA). CORES: VARIADAS	UND	14	R\$ 70,12	R\$ 981,68
2	BACIA PLÁSTICO 32 LITROS CANELADA DIMENSÃO : 47,5 CM X 20 CM. CORES VARIADAS.	UND	16	R\$ 60,55	R\$ 968,80
3	BALDE PLÁSTICO 30 LITROS COM ALÇA DE FERRO	UND	11	R\$ 49,35	R\$ 542,80
4	BANDEJA BACIA MULTIUSO 7 LITROS POLIPROPILENO, MATERIAL: PLÁSTICO (MATÉRIA PRIMA DE ALTA QUALIDADE EM PEAD.) SUPORTA TEMPERATURAS DE ATÉ -30°. DIMENSÕES EXTERNAS: COMPRIMENTO (CM): 43,5. LARGURA (CM): 29,3. ALTURA (CM): 7,7	UND	19	R\$ 39,50	R\$ 750,50
5	BANDEJA RETANGULAR EM AÇO INOX, MEDINDO 48X32 CM	UND	9	R\$ 52,00	R\$ 467,96
VALOR TOTAL LOTE 17:					R\$ 3.711,73

ITEM	LOTE 18	UND	QTD TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	BOLEIRA DE VIDRO TRANSPARENTE COM PÉ, 32 CM DE DIÂMETRO	UND	12	R\$ 89,70	R\$ 1.076,34
2	CONJUNTO DE COPOS DE VIDRO COM 6 PEÇAS, CAPACIDADE DE 300ML CADA, INCOLOR, DIMENSÕES DO PRODUTO LARGURA 6,6CM, ALTURA 12,5CM, PROFUNDIDADE 6,6CM	CONJ.	24	R\$ 29,00	R\$ 696,00
3	JARRA DE VIDRO – 2 LITROS COR: TRANSPARENTE. MATERIAL: VIDRO COM TAMPA E ALÇA	UND	30	R\$ 43,74	R\$ 1.312,20
4	JARRA COM TAMPA 2 LITROS EM AÇO INOX	UND	17	R\$ 121,00	R\$ 2.057,00
5	JARRA COM CAPACIDADE PARA 2L EM PLASTICO	UND	30	R\$ 17,40	R\$ 522,00
6	POTE PARA MANTIMENTO DE VIDRO CAPACIDADE: 1,6 LITROS MATERIAL: VIDRO E TAMPA EM AÇO	UND	25	R\$ 58,69	R\$ 1.467,25



EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 00_/2026

7	POTE PARA MANTIMENTO DE VIDRO CAPACIDADE: 500ML. MATERIAL: VIDRO E TAMPA EM AÇO	UND	39	R\$ 16,00	R\$ 624,00
8	JOGO COM 12 PRATOS 22CM REDONDOS FUNDOS PARA REFEIÇÃO. NA COR TRANSPARENTE. MATERIAL VIDRO TEMPERADO. ALTURA: 3,2 CM, DIÂMETRO: 22,2 CM. PESO UNITÁRIO:372G.	CONJ.	82	R\$ 77,00	R\$ 6.314,00
9	PRATO FUNDO PLÁSTICO ESCOLAR. MATERIAL EM PLÁSTICO POLIPROPILENO GROSSO DE ALTA DURABILIDADE ESPECIFICAÇÕES: MATERIAL POLIPROPILENO DE PRIMEIRA, ATÓXICO MODELO LISO NAS PARTES INTERNA E EXTERNA (SEM FRISOS) COM FORMATO INTERNO ARREDONDADO, COM ABA E EMPILHÁVEL. COR VERDE CLARO PIGMENTAÇÃO HOMOGÊNEA EM TODA PEÇA ACABAMENTO POLIDO BRILHANTE RESISTÊNCIA A TEMPERATURA 100C POR 20 MINUTOS ALTURA 34,0 MM DIÂMETRO INTERNO DA BOCA 195 MM ESPESSURA 2,5 MM LARGURA DA ABA 14,5 MM DIÂMETRO INTERNO DA BASE 130 MM CAPACIDADE 700.	UND	800	R\$ 5,00	R\$ 4.000,00
10	CANECA XICARA CERÂMICA CHÁ/CAFÉ C/ ALÇA 300ML COR:A DEFINIR	UND	30	R\$ 16,80	R\$ 504,00
11	PRATO RASO PORCELANA 24,6 CM CONVENCIONAL. EM PORCELANA BRANCA. ALTURA: 3 CM DIÂMETRO: 24,6 CM. ABA: 3,7 CM. MATERIAL: PORCELANA. COR: BRANCO.	UND	240	R\$ 23,29	R\$ 5.588,40
12	JOGO DE TAÇA PARA ÁGUA E SUCO COM 6 PEÇAS. CAPACIDADE: 300ML MATERIAL: VIDRO. COR: TRANSPARENTE	CONJ	25	R\$ 59,00	R\$ 1.475,00
13	TIGELAS VIDRO REDONDA DIMENSÕES: 27X18,3X26,3	UND	9	R\$ 32,93	R\$ 296,33
14	XÍCARA PEQUENA, COM PIRES, CAPACIDADE PARA 40 ML.	DUZIA	21	R\$ 85,00	R\$ 1.785,00
VALOR TOTAL LOTE 18:					R\$ 27.717,52
ITEM	LOTE 19	UND	QTD TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL



EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 00_/2026

1	CAIXA TÉRMICA DE ISOPOR, CAPACIDADE DE 60 L	UND	7	R\$ 110,00	R\$ 769,97
2	CAIXA TÉRMICA DE ISOPOR, CAPACIDADE DE 30 L	UND	6	R\$ 75,97	R\$ 455,79
3	CAIXA ORGANIZADORA EM PLÁSTICO POLIPROPILENO COM TAMPA, CAPACIDADE: 8 L, ALTURA: 15,6 CM, COMPRIMENTO: 34,5 CM, LARGURA: 21,5 CM,	UND	33	R\$ 33,35	R\$ 1.100,55
4	CAIXA PLÁSTICA VAZADA. MATERIAL: POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) DIMENSÕES INTERNAS: 22,4 ALT. X 36,6 LARG. X 56 COMP. DIMENSÕES EXTERNAS: 24 ALT. X 40 LARG. X 60 COMP. PESO: 2,000 KG. CUBAGEM: 0,0580 M³/UNIDADE. CAPACIDADE: 45,5 L	UND	20	R\$ 72,28	R\$ 1.445,60
5	CAIXA ORGANIZADORA 1L COM TAMPA . DIMENSÃO : (COMP X LARG X ALT): 39,8X28,0X13,8 CM	UND	14	R\$ 40,90	R\$ 572,60
6	CAIXA ORGANIZADORA COM TAMPA EM PLÁSTICO, 60 LITROS, TRANSPARENTE. DIMENSÕES: (C X L X A) 68.3 X 43.3 X 33.3 CENTÍMETROS.	UND	45	R\$ 89,50	R\$ 4.027,50
7	CAIXA ORGANIZADORA COM TAMPA EM PLÁSTICO DE TRAVA, CAPACIDADE PARA 20 LITROS, TRANSPARENTE.	UND	40	R\$ 54,20	R\$ 2.168,00
8	CAIXA ORGANIZADORA COM TAMPA EM PLÁSTICO DE TRAVA, CAPACIDADE PARA 10 LITROS, TRANSPARENTE.	UND	35	R\$ 47,10	R\$ 1.648,50
9	CAIXA PLÁSTICA COM TAMPA ORGANIZADORA MULTI USO 20 LITROS MEDIDAS EXTERNAS: COMPRIMENTO: 46,7CM. LARGURA: 32,3CM ALTURA: 17,9CM	UND	19	R\$ 53,87	R\$ 1.023,53
10	CAIXA ORGANIZADORA MULTIUSO , FEITA COM MATERIAL 100% POLIPROPILENO. TAMANHO EXTERNO: 16CM (LARGURA) X 34CM (PROFUNDIDADE) X 14CM (ALTURA). TAMANHO INTERNO: 13,5 CM (LARGURA) X 29,5CM (PROFUNDIDADE) X 13CM (ALTURA).	UND	20	R\$ 53,43	R\$ 1.068,60
11	MALETA PARA MEDICAMENTOS MEDINDO 23X37X22 CM, COM DIVISÓRIA TAMANHO 18X28X19 CM. COR BRANCO; COM ALÇA E LACRE NA COR VERMELHA; COM TAMPA EM PLÁSTICO TRANSPARENTE	UND	10	R\$ 54,00	R\$ 540,00



VALOR TOTAL LOTE 19:

R\$ 14.820,64

ITEM	LOTE 20	UND	QTD TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	CANECA ESCOLAR DE 300ML DESENVOLVIDA EM PP (POLIPROPILENO); COR VERDE CLARO PIGMENTAÇÃO HOMOGENEA EM TODA PEÇA; MODELO LISO NAS PARTES INTERNA E EXTERNA (SEM FRISOS); FORMATO INTERNO ARREDONDADO, COM ALÇA E EMPILHÁVEL; MATERIAL VIRGEM, ATÓXICO E INODORO; TEMPERATURA MÍNIMA E MÁXIMA DE USO CONTÍNUO: 0°C E 100°C; TEMPERATURA MÁXIMA DE USO EM CURTO PERÍODO: 120°C. MEDIDAS (CXLXA): 10,0 X 10,0 X 7,7CM. DIÂMETRO: 8CM. ESPESSURA: 2MM. PESO: 0,030KG	UND	800	R\$ 7,00	R\$ 5.596,00
2	COLHER PLÁSTICA ESCOLAR, MATERIAL POLIPROPILENO VIRGEM ATÓXICO. MEDIDAS: 197 X 44MM. PESO: 6,1G. COR VERDE CLARO.	UND	800	R\$ 3,75	R\$ 2.996,00
3	COLHER PARA SERVIR GRANDE AÇO INOX .COMPRIMENTO: 31 CM. MATERIAL DO CABO: AÇO INOXIDÁVEL MATERIAL DA LÂMINA: AÇO INOXIDÁVEL.	UND	37	R\$ 17,27	R\$ 638,99
4	CONCHA GRANDE DE AÇO INOX	UND	24	R\$ 16,74	R\$ 401,76
5	ESCUMADEIRA INOX 32CM, USO DOMÉSTICO/PROFISSIONAL, BASE AÇO INOX, CABO AÇO INOX, DIMENSÕES:32 X 9,7 X 3 CM (CxLxA)	UND	16	R\$ 16,25	R\$ 259,92
6	FACA COM CABO DE MADEIRA PARA COZINHA	UND	12	R\$ 18,99	R\$ 227,88
7	FACA PROFISSIONAL. CABO ANATÔMICO E LAMINA SERRILHADA. COMPRIMENTO: 33 CM. INDICADA PARA CORTE DE PÃES E BOLOS	UND	21	R\$ 28,98	R\$ 608,58
8	FACA PROFISSIONAL AÇO INOX MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL; FORMATO ERGONÔMICO E PRÁTICO; PEÇA INTEIRIÇA, SEM EMENDAS; CABO TOTALMENTE HIGIÊNICO E REFORÇADO; ESTRUTURA REFORÇADA DIMENSÃO: 34 X 3 X 1 CM; 250 G.	UND	12	R\$ 40,95	R\$ 491,40



EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 00_/2026

9	FAQUEIRO EM AÇO INOX E CABO DE POLIPROPILENO, CONTENDO 24 PEÇAS: 6 FACAS PARA CHURRASCO, 6 GARFOS DE MESA, 6 COLHERES DE MESA E 6 COLHERES PARA CHÁ.	CONJ.	45	R\$ 115,50	R\$ 5.197,50
VALOR TOTAL LOTE 20:					R\$ 16.418,03

ITEM	LOTE 21	UND	QTD TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	GARRAFA TÉRMICA DE MESA INOX CAPACIDADE 1 L	UND	21	R\$ 108,20	R\$ 2.272,20
2	GARRAFA TERMICA PRESSÃO PRETA CAPACIDADE PARA 1L. CONSERVAÇÃO TÉRMICA QUENTE: 6 HORAS. CONSERVAÇÃO FRIO 12 HORAS. MATERIAL ESTERNO DE POLIPROPILENO E MATERISL INTERNO EM AMPOLA DE VIDRO	UND	8	R\$ 63,42	R\$ 507,33
3	GARRAFA TERMICA PRESSÃO PRETA CAPACIDADE PARA 1,8L. CONSERVAÇÃO TÉRMICA QUENTE: 9 HORAS. CONSERVAÇÃO FRIO 20 HORAS. MATERIAL ESTERNO DE POLIPROPILENO E MATERISL INTERNO EM AMPOLA DE VIDRO	UND	10	R\$ 101,70	R\$ 1.016,97
4	GARRAFA TÉRMICA PLÁSTICA 5 LITROS. DIMENSÕES: ALTURA: 30,00 CM. LARGURA: 17,50 CM. PROFUNDIDADE: 17,50 CM. PESO (KG): 0,775	UND	20	R\$ 53,44	R\$ 1.068,80
VALOR TOTAL LOTE 21:					R\$ 4.865,30

ITEM	LOTE 22	UND	QTD TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	LENÇOL EM PURO ALGODÃO - COR BRANCA MEDINDO 0,88X1,88X0,15 À 0,25	UND	74	R\$ 64,67	R\$ 4.785,33
2	TOALHA PARA ROSTO - FELPUDA 40 X 65CM	UND	75	R\$ 15,22	R\$ 1.141,75
3	TOALHA DE BANHO - FELPUDA, 100% ALGODÃO 70X140CM	UND	50	R\$ 38,17	R\$ 1.908,33
VALOR TOTAL LOTE 22:					R\$ 7.835,42
VALOR TOTAL DOS LOTES					R\$ 1.054.328,19

4.2. A Lei nº 14.133/21, diz que o orçamento poderá ser sigiloso, desde que justificado.



EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 00_/2026

4.3. A adoção de orçamento sigiloso na licitação é uma medida necessária e justificada por diversas razões relacionadas à segurança da contratação e à preservação da competitividade no processo licitatório.

4.4. O sigilo no orçamento ajuda a proteger o processo licitatório contra tentativas de manipulação do mercado, como a prática de superfaturamento ou subfaturamento, pois impede que os licitantes ajustem seus preços com base nos valores de referência.

4.5. Estimula os licitantes a apresentarem propostas reais de preços, de acordo com os seus custos efetivos

4.6. Dificulta a participação de empresas sem expertise, com menor capacidade de planejamento ou responsabilidade técnica na confecção das propostas; busca fazer com que os licitantes apresentem suas melhores propostas

4.7. Fomenta a negociação.

4.8. Busca evitar o conluio nas licitações, ou seja, tem por escopo principal selecionar a proposta mais vantajosa para a administração.

5. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

5.1. A entrega dos Materiais de limpeza e utensílios para copa e cozinha será realizada de forma parcelada, conforme solicitação da Secretaria requisitante, observando-se as quantidades demandadas.

5.2. O prazo máximo para entrega será de 05 (cinco) dias corridos a contar da solicitação. O local e o horário de entrega serão definidos de acordo com a requisição efetuada pela Secretaria, devendo o fornecedor se adequar às condições estabelecidas.

5.3. Em caso de produtos entregues em desacordo com as especificações, avariados ou fora do prazo de validade, será obrigatória a substituição imediata no prazo estipulado pela Administração.

6. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

6.1. A seleção do prestador deverá ser realizada pela seleção da proposta mais vantajosa e que cumpra todos os requisitos previstos neste termo de referência,

6.2. Será adotada modalidade pregão pelo critério do menor preço.

6.2.1. Adotar a modalidade de pregão para essa contratação se justifica por oferecer agilidade, transparência e competitividade ao processo licitatório, fundamentais para a aquisição de serviços comuns com especificações objetivas. O pregão permite a inversão das fases de julgamento e habilitação, agilizando a seleção da proposta mais vantajosa em termos de custo-benefício e garantindo a isonomia entre os concorrentes. Além disso, o uso do formato eletrônico potencializa a obtenção de lances sucessivos, estimulando descontos que otimizam os recursos públicos e asseguram o atendimento eficiente às necessidades das Secretarias Municipais.

6.3. Será adotada distribuição do objeto por lote

6.3.1. A licitação deverá ser parcelada em LOTES porque: Considerando a natureza do objeto (fornecimento parcelado de gêneros alimentícios), o parcelamento em lotes possibilita melhor organização, gestão e controle do contrato, além de atender de forma mais eficiente às necessidades da administração. O agrupamento por lotes permite ganhos logísticos, otimização no processo de entrega e maior economicidade, evitando fracionamento excessivo e garantindo que os fornecedores tenham condições de atender integralmente às demandas estabelecidas

6.4. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

6.4.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.



**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 00_/2026**

6.4.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

6.4.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

6.4.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

6.4.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

6.4.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6.4.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado

6.5. DOS CONTRATOS DECORRENTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

6.5.1. Depois de assinada a Ata de Registro de Preço, as contratações eventualmente formalizadas pelo órgão ou entidade participante deverão observar o disposto naquele instrumento jurídico, bem como respeitar as condições e requisitos constantes no Termo de Referência.

6.6. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO POR “NÃO PARTICIPANTES”

6.6.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento, desde que cumpridos os requisitos descritos no §§ 2º, 3º, 4º e 5º do art. 86 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

UNIDADE ORÇAMENTARIA: 12001 - GABINETE DO PREFEITO

PROJETO/ATIVIDADE: 2.002 - GESTÃO DAS AÇÕES DO GABINETE DO PREFEITO

ELEMENTO DESPESA: 3.3.90.30.00.1. 500.0000 - MATERIAL DE CONSUMO

FONTE DE RECURSOS: 1.500.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

UNIDADE ORÇAMENTARIA: 12001 - GABINETE DO PREFEITO

PROJETO/ATIVIDADE: 2.004 - GESTÃO DAS AÇÕES DA SEGURANÇA MUNICIPAL

ELEMENTO DESPESA: 3.3.90.30.00.1.500.0000 - MATERIAL DE CONSUMO

FONTE DE RECURSOS: 1.500.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

UNIDADE ORÇAMENTARIA: 13001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PROJETO/ATIVIDADE: 2.005 - GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ELEMENTO DESPESA: 3.3.90.30.00.1.500.0000 - MATERIAL DE CONSUMO

FONTE DE RECURSOS: 1.500.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

UNIDADE ORÇAMENTARIA: 16001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS



EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 00_/2026

URBANOS

PROJETO/ATIVIDADE: 2.027 - GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

URBANOS

ELEMENTO DESPESA: 3.3.90.30.00.1.500.0000 - MATERIAL DE CONSUMO

FONTE DE RECURSOS: 1.500.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

UNIDADE ORÇAMENTARIA: 20001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO

PROJETO/ATIVIDADE: 2.057 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO

ELEMENTO DESPESA: 3.3.90.30.00.1.500.0000 - MATERIAL DE CONSUMO

FONTE DE RECURSOS: 1.500.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

UNIDADE ORÇAMENTARIA: 15001 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROJETO/ATIVIDADE: 2.009 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ELEMENTO DESPESA: 3.3.90.30.00.1.500.1001 - MATERIAL DE CONSUMO

FONTE DE RECURSOS: 1.500.1001 - Recurso não Vinculado de Imposto destinado a despesa com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

UNIDADE ORÇAMENTARIA: 15001 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROJETO/ATIVIDADE: 2.013 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

ELEMENTO DESPESA: 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

FONTE DE RECURSOS: 1.500.1001 — Recurso não Vinculado de Imposto destinado a despesa com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

1.540.0000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Imp

1.550.0000 — Transferência do Salário Educação

UNIDADE ORÇAMENTARIA: 15001 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROJETO/ATIVIDADE: 2.014 MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO INFANTIL

ELEMENTO DESPESA: 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

FONTE DE RECURSOS: 1.500.1001 - Recurso não Vinculado de Imposto destinado a despesa com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

1.540.0000 — Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de

Imp

1.550.0000 — Transferência do Salário Educação

UNIDADE ORÇAMENTARIA: 15001 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROJETO/ATIVIDADE: 2.071 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO INFANTIL PRÉ-ESCOLA

ELEMENTO DESPESA: 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

FONTE DE RECURSOS: 1.542.0000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União VAAT

1.550.0000 - Transferência do Salário Educação

UNIDADE ORÇAMENTARIA: 15001 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROJETO/ATIVIDADE: 2.074 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO ESPECIAL

ELEMENTO DESPESA: 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

FONTE DE RECURSOS: 1.500.1001 - Recurso não Vinculado de Imposto destinado a despesa com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

1.542.0000 — Transferências do FUNDEB - Complementação da União — VAAT



EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 00_/2026

UNIDADE ORÇAMENTARIA: 15001 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PROJETO/ATIVIDADE: 2.075 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO INTEGRAL
ELEMENTO DESPESA: 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
FONTE DE RECURSOS: 1.500.1001 - Recurso não Vinculado de Imposto destinado a despesa com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
1.540.0000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Imp
2.546.0000 — Transferências do FUNDEB - Complementação da União - ETI

UNIDADE ORÇAMENTARIA: 17001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJETO/ATIVIDADE: 2.033 - GESTÃO DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ELEMENTO DESPESA: 3.3.90.30.00.1.500.1002 - MATERIAL DE CONSUMO
FONTE DE RECURSOS: 1.500.1002 - Recurso não Vinculado de Imposto destinado a despesa com Ações de saúde

UNIDADE ORÇAMENTARIA: 17001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJETO/ATIVIDADE: 2.035 - MANUTENÇÃO DO FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE
ELEMENTO DESPESA: 3.3.90.30.00.1.500.1002 - MATERIAL DE CONSUMO
FONTE DE RECURSOS: 1.500.1002 - Recurso não Vinculado de Imposto destinado a despesa com Ações de saúde
1.600.0000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes
1.600.3110 - Transfer. SUS União - Emendas parlamentares individuais

UNIDADE ORÇAMENTARIA: 17001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJETO/ATIVIDADE: 2.040 MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU
ELEMENTO DESPESA: 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
FONTE DE RECURSOS: 1.600.0000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes

UNIDADE ORÇAMENTARIA: 18002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
PROJETO/ATIVIDADE: 2.049 - GESTÃO DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
ELEMENTO DESPESA: 3.3.90.30.00.1.500.0000 - MATERIAL DE CONSUMO
FONTE DE RECURSOS: 1.500.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

UNIDADE ORÇAMENTARIA: 18002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
PROJETO/ATIVIDADE: 2.051 - GESTÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA - IGDBF
ELEMENTO DESPESA: 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
FONTE DE RECURSOS: 1.660,0000 - Transferência de Recursos do fundo Nacional de Assistência Social
1.500.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

UNIDADE ORÇAMENTARIA: 18002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
PROJETO/ATIVIDADE: 2.053 - MANUTENÇÃO DO BLOCO PROTEÇÃO SOCIAL BASICA - PSB
ELEMENTO DESPESA: 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
FONTE DE RECURSOS: 1.660.0000 - Transferência de Recursos do fundo Nacional de Assistência Social
1.500.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS



EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 00_/2026

UNIDADE ORÇAMENTARIA: 18002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.076 - EXECUÇÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES PARA ASSISTENCIA SOCIAL

ELEMENTO DESPESA: 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

FONTE DE RECURSOS: 1.660.0000 - Transferência de Recursos do fundo Nacional de Assistência Social

8. PRAZO DE EXECUÇÃO

12 meses a partir da assinatura.

9. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

9.1. Habilitação jurídica:

- a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- c) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- f) No caso de exercício de atividade não listadas nos itens acima: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos da legislação pertinente.
- g) No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.2. Regularidade fiscal, social e trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- b) Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- e) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.3. Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- b) Balanço patrimonial; Demonstrações do resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais;



EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 00_/2026

9.3.1 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação, ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, conforme artigo 65, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

9.3.2 É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

9.3.3 Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

9.3.5 Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

LG = $\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

SG = $\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

LC = $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

9.3.6 As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

9.3.7 Os índices estabelecidos atendem ao disposto no art. 69, caput e §5º, da Lei 14.133/21, pois permitem a comprovação de uma avaliação mais precisa da situação financeira da empresa de forma objetiva, os mesmos foram estabelecidos observando percentuais usualmente adotados no mercado para a avaliação da situação financeira das empresas e não frustram ou restringem o caráter competitivo do certame, pois foram estabelecidos em patamares mínimos aceitáveis, com intuito de garantir a continuidade da execução dos serviços, objeto desta licitação.

9.3.8 A Certidão expedida por país estrangeiro deverá atestar que a empresa estrangeira não se encontra em processo de falência, concordata ou outro instituto assemelhado que possa de qualquer forma comprometer o fiel cumprimento das obrigações, devendo ser observada a respectiva data de vigência.

9.3.9 A proposta e quaisquer documentos deverão ser apresentados em português, idioma em que também será redigido o Contrato. Serão aceitos documentos em outros idiomas, desde que acompanhados de tradução para o idioma português, firmada por tradutor juramentado e autenticados por autoridade consular brasileira, caso em que tal tradução prevalecerá sobre os originais;

9.4. Habilitação Técnica:

- a) Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente em plena validade (se aplicável);
- b) atestados/documentos que demonstrem a habilitação técnica da licitante, comprovação de que os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados pertencem ao quadro da empresa

9.4.1. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados quando solicitado, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

9.4.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.



9.4.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.4.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

10. MODELO DE EXECUÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1. A fiscalização decorrente desta contratação, será acompanhada e fiscalizada por um servidor, conforme nomeação por ato próprio, ou pelo respectivo substituto designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição, nos termos do artigo 117 da Lei 14.133/2021.

10.2 O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

10.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providencia que ultrapasse sua competência.

10.4. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

10.5. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

10.6. O gestor do contrato terá atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, especialmente:

- i. analisar a documentação que antecede o pagamento;
- ii. analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- iii. analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;
- iv. analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;
- v. acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;
- vi. decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;

10.7. O contratado deverá indiciar um responsável legal com respectivos contatos (e-mail, celular e WhatsApp), com poderes para representá-lo perante essa Municipalidade na execução do contrato decorrente da licitação objeto deste termo de referência.

10.8. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração durante a prestação do serviço e/ou fornecimento do bem para representá-lo na execução do contrato.

11. RECEBIMENTO DO OBJETO E FORMA DE PAGAMENTO

11.1. O recebimento do objeto do contrato se dará:

11.1.1. Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico quando houver;

11.1.2. Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;



EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 00_/2026

11.2. O pagamento será realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.3. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o Órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.

11.5. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, acompanhada das Certidões Negativas de Débitos Previdenciários, Trabalhistas, FGTS, Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

11.6. O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

11.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.8. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa nº 2.145, de 26 de junho de 2023, da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

11.9. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.540, de 05 de janeiro de 2015.

11.10. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

11.11. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.12. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. A CONTRATADA obriga-se a:

12.1.1. Entregar o objeto em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

12.1.2. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

12.1.3. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

12.1.4. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, incluindo a atualização de documentos de controle da arrecadação de tributos, contribuições federais e outras legalmente exigíveis;



EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 00_/2026

12.1.5. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

12.1.6. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.1.7. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

13.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Demandante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

13.1.2. Receber provisoriamente o objeto disponibilizando local, data e horário e demais condições estabelecidas no Edital;

13.1.3. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

13.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

13.1.5. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

13.1.6. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente a prestação do serviço, no prazo e na forma estabelecidos nesse termo.

13.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Não será admitida a subcontratação parcial ou total do objeto a ser contratado.

15. DAS SANÇÕES

15.1. O licitante será responsabilizado administrativamente pelas infrações descritas neste edital.

15.2. Comete infração administrativa o licitante que, com dolo ou culpa:

15.2.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame (art. 155, IV, da Lei Federal nº 14.133, 2021).

15.2.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta (art. 155, V, da Lei Federal nº 14.133, 2021), em especial quando:

a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

d) deixar de apresentar amostra; ou

e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;



EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 00_/2026

15.2.3. não celebrar a Ata de Registro de Preço, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta (art. 155, VI, da Lei Federal nº 14.133, 2021);

15.2.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação (art. 155, VIII, da Lei Federal nº 14.133, 2021);

15.2.5. fraudar a licitação (art. 155, IX, da Lei Federal nº 14.133, 2021);

15.2.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza (art. 155, X, da Lei Federal nº 14.133, 2021), em especial quando:

a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;

c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

15.2.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação (art. 155, XI, da Lei Federal nº 14.133, 2021);

15.2.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013 (art. 155, XII, da Lei Federal nº 14.133, 2021).

15.3. Com fulcro na Lei Federal nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as sanções previstas nos incisos II, III e IV do art. 156.

15.3.1. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa compensatória.

Sanção de multa compensatória

15.4. A multa compensatória será aplicada nos seguintes percentuais:

Infração (Subitens)	Percentual da multa
15.2.1.	de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação
15.2.2.	
15.2.3.	de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação
15.2.4.	de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor estimado da contratação
15.2.5.	
15.2.6.	
15.2.7.	
15.2.8.	

15.4.1. Quaisquer multas aplicadas deverão ser recolhidas junto ao órgão competente, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados de sua publicação no Diário Oficial do Município de Lafaiete Coutinho, podendo, ainda, ser descontadas de qualquer fatura ou crédito existente, a critério da licitante.

Sanção de impedimento de licitar e contratar

15.5. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.2.1, 13.2.2 e 13.2.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta com o Município de Lafaiete Coutinho, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, obedecida a seguinte gradação:



EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 00_/2026

Infração (Subitens)	Pena
15.2.1.	impedimento pelo período de até três meses.
15.2.2.	impedimento pelo período de até quatro meses
15.2.3.	

Sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

15.6. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 15.2.4, 15.2.5, 15.2.6, 15.2.7 e 15.2.8, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, obedecida a seguinte gradação:

Infração (Subitens)	Pena
15.2.4.	declaração de inidoneidade de até cinco anos
15.2.7.	
15.2.5.	declaração de inidoneidade de até seis anos
15.2.6.	
15.2.8.	

15.6.1. Será aplicada a sanção de que trata o subitem 15.6 deste Edital nas infrações administrativas previstas nos itens 15.2.1, 15.2.2 e 15.2.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar.

15.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo Sancionador.

15.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

15.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

15.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

16. DO CONSÓRCIO

16.1. Não será admitido o Consórcio, pois não há nada que justifique a participação de empresas em consórcios no objeto em apreço.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

17.2. Em observância ao que estabelece a Instrução Normativa nº 65/2021 SLTI/MPOG de 07/07/2021, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, informamos que essa Secretaria priorizou a ordem dos parâmetros para pesquisa de



EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 00_/2026

mercado, conforme legislação vigente e consta toda a justificativa no Mapa Comparativo de Preços, anexo a este termo.

17.3. Para fins de julgamento objetivo, serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação (artigo 59 da Lei 14.133/21), para tanto, será adotado como parâmetro o valor final que esteja compreendido na faixa fixada na regra aritmética abaixo:

$$30\% \text{ DO VR OU MP} \leq \text{VP} \leq 70\% \text{ DO VR OU MP}$$

Onde:

- a) VP – Valor da proposta final após a fase de lances;
- b) MP – Média das propostas finais após a fase de lances, a qual será calculada considerando apenas as propostas finais inferiores a valor de referência, e superiores a 50% de tal valor;
- c) VR – Valor máximo de referência orçado pela Administração;
- d) Será considerado o menor dos valores entre o VR e MP;

17.4 O presente Termo de Referência foi elaborado pela Secretaria de Administração, através da cooperação técnica da sua equipe, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis e com interesse e conveniência da Administração, afastando-se as características, cláusulas e condições que direcionem, comprometam, restrinjam ou frustre o caráter competitivo da licitação, passando, assim, a integrar o processo administrativo formalizado.

17.5. Esta Administração reserva-se no direito de impugnar o fornecimento dos itens objeto da contratação, se esses não estiverem de acordo com as especificações contidas neste Termo de referência.

17.6. Os casos omissos serão resolvidos com base nos dispositivos constantes na Lei Federal N.º 14.133/21.

Lafaiete Coutinho, 16 de março de 2026

Ana Carolina Dias Santos
Agente Administrativo

() APROVADO () NÃO APROVADO

Roseli Pereira Souza

Secretária Municipal de Administração



ANEXO II
MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE XXXXXXXX – ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXXXXXXX, com sede administrativa na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, XXXX – BA, CEP XXXXXXXXXXX, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. XXXXXXXXXXXXXXX, inscrito no Cadastro de Pessoa Física (CPF) sob o nº XXXXXXXXXXXXXXX e portador do RG nº XXXXXXXXXXX-SSP/BA, residente e domiciliado neste Município de XXXXXXXXXXX, por meio do **FUNDO MUNICIPAL DE XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX DE XXXXXXXXXXX**, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o nº xxxxxxxxxxxx, representado pela Gestora, Sr.ª xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no Cadastro de Pessoa Física (CPF) sob o nº xxxxxxxxxxxx e portadora do RG nº xxxxxxxxxxxx-SSP/xx, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e do outro lado o fornecedor abaixo qualificado, doravante denominado **DETENTOR DA ATA**, resolvem firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE**, decorrente da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº/20....., Processo Administrativo nº/...../20....., de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo às condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal nº XXX/202X, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

1.1. DETENTOR DA ATA: Empresa, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, sediada na, neste ato representada pelo Sr(a) (nome e função no detentor data), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, (...)

1.2. ÓRGÃO GERENCIADOR: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

1.3. ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Este instrumento, formalizado pelo órgão gerenciador e o detentor da ata, objetiva atender às demandas dos seguintes órgãos participantes do registro de preços:

xx

1.4. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Item	Especificação	Marca	Unidade de medida	Quant.	Valor Unit.	Valor Total

2.2. O presente instrumento caracteriza-se como um documento vinculativo e obrigacional, com característica de **compromisso para futura contratação** dos itens indicados no subitem 2.1, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e ata do Pregão Eletrônico nº/20....., que integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro.



**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 00_/2026**

2.3. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará os órgãos e entidades participantes a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

2.4. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL

2.5. A presente Ata de Registro de preço será regida pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e pelo Decreto Municipal nº 028/2024.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contados da data de publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município de Lafaiete Coutinho, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.1.1. A prorrogação deverá estar acompanhada com a comprovação da vantagem do preço registrado, na forma do IN nº 065/2021, permitida a negociação com o detentor da ata desde que observada a Cláusula Quarta deste instrumento.

3.1.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, desde que justificado pelo Órgão Gerenciador.

3.1.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ARP.

CLÁUSULA QUARTA - REVISÃO DO PREÇO REGISTRADO

Revisão de Preço

4.1. Durante a vigência da ARP o órgão gerenciador deverá proceder à atualização periódica dos preços registrados, com o objetivo de verificar a oscilação de mercado e adotar uma das medidas previstas nesta cláusula, se for o caso.

4.2. Nas hipóteses da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 (caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado), os preços registrados poderão ser alterados, desde que observadas as disposições delineadas neste instrumento.

4.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador promover as negociações para viabilizar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, mediante as seguintes providências:

I – convocar o detentor da ARP, a fim de estabelecer negociação para redução dos preços originalmente registrados e a sua adequação ao praticado no mercado;

II – liberar o detentor da ARP do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, se frustrada a negociação com ele tentada;

III – convocar os aderentes de preço, na ordem de classificação, visando a promover igual negociação.

4.3.1. A ordem de classificação dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário observará a classificação original.

4.4. Quando o preço do mercado se tornar superior aos preços registrados e o detentor da ARP comunicar e comprovar, antes do pedido de fornecimento, a impossibilidade de cumprimento do compromisso inicialmente assumido, o órgão gerenciador deverá:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido e sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e se os comprovantes forem apresentados;



**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 00_/2026**

II – promover negociação com os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário e os licitantes remanescentes, observado o procedimento descrito no subitem 4.6.

4.4.1. Não existindo licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário e licitantes remanescentes, ou não havendo êxito nas negociações de que trata o subitem 4.6, o Órgão Gerenciador deverá proceder o cancelamento da ARP.

4.5. Na hipótese em que o detentor da ARP, antes do pedido de fornecimento, solicite a revisão do preço registrado e comprove que a elevação seja decorrente de evento posterior à assinatura da ARP, absolutamente independente da vontade das partes e proveniente de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a manutenção dos preços registrados, o órgão gerenciador deverá:

I – proceder às negociações na forma do subitem 4.6, e no caso do seu êxito, liberar o detentor da ARP do compromisso assumido e sem aplicação da penalidade;

II – promover a alteração do preço registrado em favor do solicitante quando frustrada a negociação de que trata o inciso I.

4.5.1. Diante da inexistência de aderentes de preço e licitantes remanescentes que impeçam a realização das negociações mencionada no inciso I, a revisão do preço solicitada pelo detentor da ata ficará condicionada a demonstração de que o valor pretendido está compatível com os valores praticados pelo mercado.

4.5.2. A fixação do novo preço a ser registrado deverá ser consignada em Termo Aditivo à ARP, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

4.5.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão de preços, no prazo definido no parágrafo único do art. 123 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

4.5.4. A critério do órgão gerenciador, as utilizações e as adesões à ARP poderão ser suspensas durante o período de análise do pedido de revisão.

4.5.5. A alteração dos preços registrados não modifica automaticamente os preços dos contratos decorrentes do SRP, cuja revisão deverá ser feita pelo órgão da Administração Direta, pela autarquia ou pela fundação do Poder Executivo Municipal contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

Da negociação para fins de revisão de preço

4.6. As negociações de que tratam os subitens 4.4.1 e 4.5 deverão observar o seguinte procedimento:

4.6.1. O Órgão Gerenciador deverá convocar os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário e os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a formalização da ata de registro de preço nas condições propostas pelo detentor da ata.

4.6.2. Na hipótese de nenhum dos convocados aceitar a contratação nos termos do subitem 4.6.1, o Órgão Gerenciador, poderá convocar os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário e os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço registrado em ata.

4.6.2.1. Na negociação a que se refere o subitem 4.6.2 caberá ao Órgão Gerenciador propor os preços revisados da seguinte maneira:

I – Primeira rodada de negociações (c): será proposto aos convocados o valor resultante da média entre o preço registrado em ata (a) e o preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em segundo lugar no procedimento licitatório, o que for menor (b).



EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 00_/2026

$$\frac{a + b}{2} = c$$

2

Onde:

a: corresponde ao preço registrado em ata

b: corresponde ao preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em segundo lugar no procedimento licitatório, o que for menor

c: corresponde à média de 'a' e 'b' e indica o preço ofertado na primeira rodada de negociações

II – Segunda rodada de negociações (d): caso nenhum dos convocados aceite o preço ofertado, será proposto, em uma segunda rodada de negociações, o valor resultante da média entre o preço da primeira rodada de negociações (c) e o preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em segundo lugar no procedimento licitatório, o que for menor (b).

$$\frac{b + c}{2} = d$$

2

Onde:

b: corresponde ao preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em segundo lugar no procedimento licitatório, o que for menor

c: corresponde ao preço ofertado na primeira rodada de negociações.

d: corresponde à média de 'b' e 'c' e indica o preço ofertado na segunda rodada de negociações

4.6.3. Encerrada, sem êxito, a segunda rodada de negociações, caso o preço revisional pretendido pelo detentor da ata esteja acima do preço ofertado pelo licitante classificado em segundo lugar, este último poderá ser convocado para formalizar a ata de registro de preço nas condições ofertadas por ele no procedimento licitatório.

4.6.3.1. O licitante a que se refere o inciso 4.6.3 estará vinculado a proposta/lance apresentado, salvo se decorrido prazo de validade indicado no edital (§3º do art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021).

4.6.3.2. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital, e, caso o licitante a que se refere o inciso 4.6.3 tenha declinado da formalização da ata de registro de preço nas suas condições ofertadas no procedimento licitatório, o Órgão Gerenciador poderá dar seguimento à negociação, com as seguintes condições:

III – Terceira rodada de negociações (f): será proposto aos convocados remanescentes, em uma terceira rodada de negociações, o valor resultante da média entre o preço da segunda rodada de negociações (d) e o preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em terceiro lugar no procedimento licitatório, o que for menor (e).

$$\frac{d + e}{2} = f$$

2

Onde:

d: corresponde ao preço ofertado na segunda rodada de negociações

e: corresponde ao preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em terceiro lugar no procedimento licitatório, o que for menor

f: corresponde à média de 'd' e 'e' e indica o preço ofertado na terceira rodada de negociações

IV - Quarta rodada de negociações (g): caso nenhum dos convocados aceite o preço ofertado, será proposto aos convocados remanescentes o valor resultante da média entre o preço da terceira rodada de negociações (f) e o preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante



classificado em terceiro lugar no procedimento licitatório, o que for menor (e).

$$\frac{e + f}{2} = g$$

2

Onde:

e: corresponde ao preço revisional pretendido pelo detentor da ata ou o preço ofertado pelo licitante classificado em terceiro lugar no procedimento licitatório, o que for menor

f: corresponde ao preço ofertado na terceira rodada de negociações.

g: corresponde à média de 'e' e 'f' e indica o preço ofertado na quarta rodada de negociações

4.6.4. Encerrada, sem êxito, a quarta rodada de negociações, caso o preço revisional pretendido pelo detentor da ata esteja acima do preço ofertado pelo licitante classificado em terceiro lugar, este último poderá ser convocado para formalizar a ata de registro de preço nas condições ofertadas por ele no procedimento licitatório.

4.6.4.1. O licitante a que se refere o inciso 4.6.4 estará vinculado a proposta/lance apresentado, salvo se decorrido prazo de validade indicado no edital (§3º do art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021).

4.6.4.2. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital, e, caso o licitante a que se refere o inciso 4.6.4 tenha declinado da formalização da ata de registro de preço nas suas condições ofertadas no procedimento licitatório, o Órgão Gerenciador poderá dar seguimento à negociação, nos moldes apresentados anteriormente.

4.6.5. Na adoção dos procedimentos descritos nos subitens 4.6.1, a 4.6.4, a Administração não poderá aceitar valores superiores ao valor estimado da contratação, observado o índice de atualização de preços correspondente.

4.6.6. Na hipótese de êxito nas negociações a que se referem os subitens 4.6.1, a 4.6.4, deverá o Órgão Gerenciador promover:

I - a realização de pesquisa de preço a fim de confirmar a vantagem no preço negociado;

II - o cancelamento do preço registrado do detentor da ata; e

III - a formalização de uma nova ata de registro de preço com o convocado que tenha aceitado as condições negociais oferecidas.

4.6.6.1. A formalização do novo instrumento de que trata o inciso II do subitem 4.6.6 deverá ficar restrita ao remanescente da ata de registro de preço alterada.

4.6.7. Na hipótese de as negociações a que se referem os subitens 4.6.1, a 4.6.4 não restarem frutíferas, o Órgão Gerenciador deverá observar o disposto no subitem 4.4.1 e no inciso II do subitem 4.5.

CLÁUSULA QUINTA - SUBSTITUIÇÃO DE MARCA OU MODELO DO PRODUTO REGISTRADO

5.1. O Órgão Gerenciador poderá aceitar que o detentor da ARP substitua o produto por outro de marca ou de modelo diferente daquele registrado na ARP, por comprovado motivo ou por fato superveniente à licitação e desde que o novo produto possua, comprovadamente, desempenho e qualidade iguais ou superiores, não podendo haver majoração do preço registrado.

5.2. A aceitação de que trata o subitem 5.1 poderá ser precedida de parecer técnico que ateste as informações prestadas pelo detentor da ata e deverá ser consignada em Termo Aditivo à ARP.

CLÁUSULA SEXTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1. São obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR:

6.1.1. Publicar na Imprensa Oficial do Município o extrato da ARP, com a indicação do número da licitação em referência, do objeto e do endereço do portal eletrônico da internet, onde poderão ser obtidas



informações mais detalhadas da ARP.

6.1.2. Publicar nos moldes do subitem 6.1.1 eventuais mudanças na ARP, inclusive de detentores da ARP, de marca, de modelo ou de quantitativos dos itens ou de seus respectivos preços.

6.1.3. Divulgar, mediante publicação no seu portal oficial, o preço registrado com indicação dos fornecedores, cuja informação ficará disponível durante a vigência da ARP.

6.1.4. Gerenciar a ata de registro de preços, com a prática, em especial, dos seguintes atos:

6.1.4.1. Indicar para os Órgãos Participantes os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de compras, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos;

6.1.4.2. Emitir a autorização de compra;

6.1.4.3. Proceder à atualização periódica dos preços registrados, com o objetivo de verificar a oscilação de mercado e adotar uma das medidas previstas na Cláusula Quarta, se for o caso;

6.1.4.4. Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;

6.1.4.5. Promover o remanejamento ou redistribuição das quantidades entre os órgãos participantes do processo licitatório;

6.1.4.6. Prorrogar a vigência da ARP, se for o caso;

6.1.4.7. Aceitar, se for o caso, que o detentor da ARP substitua o produto por outro de marca ou de modelo diferente daquele registrado nesta ata, por comprovado motivo ou por fato superveniente à licitação e desde que o novo produto possua, comprovadamente, desempenho e qualidade iguais ou superiores, não podendo haver majoração do preço registrado;

6.1.4.8. Receber a “*solicitação de adesão*” e autorizar, se for o caso, o pedido de adesão à ARP formulado pelos órgãos não participantes, por meio do “*termo de adesão*”.

6.1.5. Promover o cancelamento do preço registrado ou da própria ARP, total ou parcialmente, quando presentes as situações previstas na Cláusula Sétima desta Ata.

6.1.6. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações feitas pelos detentores da ARP, relacionadas ao gerenciamento da ata, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

6.1.6.1. Com relação à obrigação delineada no subitem 6.1.6, o Órgão Gerenciador terá o prazo de 08 (oito) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos regidos pela Lei nº 14.133, de 2021, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

6.2. São obrigações dos ÓRGÃOS PARTICIPANTES da ata:

6.2.1. Solicitar o uso da ARP ao Órgão Gerenciador, que indicará o fornecedor e os preços que serão praticados, obedecida à ordem de classificação.

6.2.2. Realizar todos os atos voltados à execução financeira, inclusive os relacionados à prestação de contas.

6.2.3. Requisitar a autorização e o empenho da despesa correspondente aos pedidos de fornecimento ou de contratação, dentro do prazo de vigência da ARP.

6.2.4. Formalizar a contratação decorrente da ARP.

6.2.5. Controlar os atendimentos de suas demandas por ARP, abrir processo administrativo para juntada de suas solicitações, ordens de utilização deferidas, notas de empenho e notas fiscais emitidas, faturas recebidas e pagas.

6.2.6. Observar as atividades de gestão e de fiscalização de contratos administrativos.



6.2.7. Instaurar, no âmbito de suas contratações, procedimento administrativo, em que seja assegurada a ampla defesa e o contraditório, para fins de aplicação de penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ARP ou do descumprimento das obrigações contratuais, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

6.2.8. Não participar em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade desta ata, salvo na ocorrência de registro de quantitativo inferior ao máximo previsto no edital (inciso VIII do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021).

6.3. São obrigações do DETENTOR DA ARP:

6.3.1. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.3.2. Responder no prazo de 05 (cinco) dias corridos as solicitações, pedidos, informações, etc., feitas pelo Órgão Gerenciador e pelos Órgãos Participantes.

6.3.3. Na hipótese de o preço do mercado se tornar superior aos preços registrados, comunicar e comprovar, antes do pedido de fornecimento realizado pelos órgãos participantes, a impossibilidade de cumprimento do compromisso inicialmente assumido.

6.3.4. Na hipótese de solicitação de revisão de preço, comprovar que a elevação seja decorrente de evento posterior à assinatura da ARP, absolutamente independente da vontade das partes e proveniente de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a manutenção dos preços.

6.3.4. Na hipótese de solicitar a substituição do produto por outro de marca ou de modelo diferente daquele registrado na ARP, comprovar o motivo ou o fato superveniente à licitação, e desde que o novo produto possua, comprovadamente, desempenho e qualidade iguais ou superiores, não podendo haver majoração do preço registrado.

6.3.5. Na hipótese de solicitar o cancelamento do item registrado, comprovar o fato superveniente à assinatura da ARP, decorrente de caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ARP.

6.4. Celebrado o contrato em decorrência da ARP, os órgãos e entidades participantes passam a ser designados como “Contratantes” e o detentor da ata como “Contratado”, observadas as obrigações fixadas no Termo de Referência para cada um deles.

6.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas no Termo de Referência, mas não obrigará os órgãos e entidades participantes a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

CLÁUSULA SÉTIMA – CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS E DA ATA

7.1. O Órgão Gerenciador deverá cancelar o PREÇO REGISTRADO do detentor da ata quando este:

I – for liberado nas hipóteses previstas no inciso II do subitem 4.3 e no inciso I do subitem 4.4.

II – descumprir as condições da ARP, sem justificativa aceitável;

III – não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado (subitem 4.2);

IV – não aceitar o preço revisado pelo órgão gerenciador;

V – sofrer a sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.2. A ATA DE REGISTRO DE PREÇO será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

I – pelo decurso do prazo de vigência ou quando não restarem detentores da ARP e aderentes de preço;



- II – pelo cancelamento de todos os preços registrados;
- III – em razão da utilização total dos itens da ARP, salvo na hipótese de sua prorrogação;
- IV – por fato superveniente, decorrente de caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ARP;
- V – por razões de interesse público, devidamente justificadas.

7.2.1. Na hipótese em que o detentor da ata solicite o cancelamento em razão do disposto no inciso IV do subitem 7.2, o Órgão Gerenciador poderá, como alternativa ao cancelamento:

I - suspender temporariamente as utilizações e as adesões à ARP até a regularização do fornecimento do produto registrado, desde que demonstrado o interesse público e a vantagem na manutenção do preço registrado;

II - proceder às negociações com os aderentes de preço e os licitantes remanescentes na forma do subitem 4.6.

7.3. Nas hipóteses dos incisos II e V do subitem 7.1 e dos incisos IV e V do subitem 7.2 deste instrumento, o Órgão Gerenciador deverá motivar sua decisão nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa do detentor da ARP e dos aderentes, se houver.

CLÁUSULA OITAVA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por órgão ou entidade da administração pública municipal, que não tenha participado do certame licitatório, mediante Anuência do Órgão Gerenciador, respeitadas as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

8.2. A manifestação do Órgão Gerenciador de que trata o subitem anterior, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos que não participaram do registro de preços, que demonstre a vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público, e que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº. 14.133, de 2021.

8.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes.

8.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes.

8.5. As adesões à Ata de Registro de Preços não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

8.6. Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)¹.

¹ **Nota Explicativa:** Este subitem está de acordo com o entendimento do TCU firmado no Acórdão 2957/2011 - Plenário.



8.7. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

8.8. Após a autorização do Órgão Gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

8.9. Caberá ao Órgão Gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

8.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

CLÁUSULA NONA – REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

9.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

9.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

9.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

9.3. O Órgão Gerenciador que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

9.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

9.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

9.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 9.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ARP

10.1. A contratação com o detentor da ARP será formalizada pelos órgãos e entidades participantes, por intermédio de instrumento contratual, pela emissão de nota de empenho de despesa, carta-contrato, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, observado o disposto no Capítulo I do Título III da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.1.1. Será admitida a forma eletrônica na celebração de contratos, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

10.2. O prazo para assinatura do contrato, retirada de nota de empenho ou instrumento equivalente, será de 05 (cinco) dias úteis, após regular convocação.

10.3. A formalização dos contratos, decorrentes do SRP, deverá ser providenciada dentro do prazo de vigência da ARP.

10.3.1. Na hipótese em que o instrumento de contrato seja substituído por outro instrumento hábil na forma do art. 95 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a emissão dos referidos documentos e o seu envio ao detentor da ARP deverá ocorrer dentro do prazo de vigência desta.

10.4. Na assinatura do contrato:

I – será exigida a comprovação das condições de habilitação fiscal e trabalhista consignadas no edital de licitação, observado o disposto no subitem 7.8 do Edital;

II – será realizada consulta nos cadastros a que se referem o subitem 7.1 do Edital;

10.5. O prazo de duração dos contratos, decorrentes da ARP, não se confunde com o prazo de vigência da própria ata (previsto no subitem 3.1), estando aquele primeiro submetido ao disposto no Capítulo V do Título III da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.5.1. O contrato a que se refere o subitem 10.5 terá o prazo de vigência da contratação de 12 (doze) meses contados do ato de sua assinatura, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, observadas as condições previstas naquele instrumento.

10.6. No caso de contratação com a utilização de recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse, a prioridade para o fornecimento deverá observar a regra prevista no artigo 8º, §4º, do Decreto Federal nº 8.538/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO

11.1. As partes comprometem-se a submeter eventuais controvérsias, decorrentes do presente instrumento, à métodos alternativos de solução de conflito, que serão promovidos pela Procuradoria-Geral do Município de Lafaiete Coutinho-BA.

11.1.1. Não logrando êxito o método alternativo de solução do conflito, fica eleito o foro da Comarca de Jaguaquara, Estado da Bahia, para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, sendo este o competente para a propositura de qualquer medida judicial decorrente deste instrumento, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do GERENCIADOR DA ATA

Representante legal do DETENTOR DA ATA

**ANEXO III
MINUTA DO CONTRATO**

Contrato n. XXX/202X que entre si celebram o Município de, por meio do Fundo Municipal de e a empresa

O MUNICIPIO DE XXXXXXXX – ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXXXXXX, com sede administrativa na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, XXXX – BA, CEP XXXXXXXX, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. XXXXXXXXXXXXXXXX, inscrito no Cadastro de Pessoa Física (CPF) sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXX e portador do RG nº XXXXXXXXXXX-SSP/BA, residente e domiciliado neste Município de XXXXXXXXXXXXXXXX, por meio do **FUNDO MUNICIPAL DE XXXXXXXXXXXXXXXX DE XXXXXXXXXXXX**, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o nº xxxxxxxxxxxx, representado pela Gestora, Sr.^a xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no Cadastro de Pessoa Física (CPF) sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxx e portadora do RG nº xxxxxxxxxxx-SSP/xx, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, sediada na, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1. O objeto do presente Contrato é a aquisição de, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e na Proposta de Preços, anexos do Edital.
- 1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
 - 1.2.1. O Termo de Referência;
 - 1.2.2. O Edital da Licitação;
 - 1.2.3. A Ata de Registro de Preço nº (...).
 - 1.2.4. A Documentação de Habilitação e a Proposta de Preços do contratado;
 - 1.2.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.
- 1.3. Os documentos referidos no item anterior são considerados suficientes para, em complemento a este contrato, definirem a sua extensão e, dessa forma, regerem a execução adequada do contrato ora celebrado.

CLÁUSULA SEGUNDA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 2.1. O presente Contrato será regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto Municipal nº 028/2024.
- 2.2. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis, e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA TERCEIRA – FORMA DE FORNECIMENTO



**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 00_/2026**

3.1. Os bens deverão ser fornecidos [ENTREGA ÚNICA OU PARCELADA, COM O APONTAMENTO DAS DATAS, OU CONFORME DEMANDA], conforme descrito no item 00 Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

4.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da sua assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO E REAJUSTE

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

5.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2. As regras de reajuste são aquelas previstas no subitem xx do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5.3. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

5.4. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IGPM, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

5.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

5.6. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

5.7. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

5.8. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

5.9. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

5.10. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SEXTA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no subitem 7.1 do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes do fornecimento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX



7.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

8.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. As obrigações do Contratante são aquelas previstas no subitem 5.2 do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. As obrigações da contratante são aquelas previstas no subitem 5.4 do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

11.1.1. Por ser uma compra de materiais de consumo e comuns, conforme item XX do Termo de Referência, não havendo a necessidade de garantia uma vez que o objeto será cumprido no momento da entrega do material.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no item xx do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

13.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. Registros que não caracterizem alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

14.1.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

14.1.2. A extinção, nesta hipótese, ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido, com pelo menos 02 (dois) meses de antecedência desse dia.

14.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 02 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 02 (dois) meses da data da comunicação.

14.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, assegurados o contraditório e a ampla defesa e observado o disposto nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

15.1. As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).

15.1.1. O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018, às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

15.2. A CONTRATADA obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual.

15.2.1. A CONTRATADA não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos da execução dos serviços especificados no instrumento contratual.

15.2.2. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação do Município de Lafaiete Coutinho-BA, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção e gestão.

15.3. A CONTRATADA obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas aptas a promover a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados que tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito; tudo isso de forma a reduzir o risco ao qual o objeto do contrato ou o Município de Lafaiete Coutinho-BA estará exposto.

15.4. A CONTRATADA deverá manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, assim como aqueles compartilhados, com condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo.

15.4.1. A CONTRATADA deverá permitir a realização de auditorias do Município de Lafaiete Coutinho-BA e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações relacionadas à sistemática de proteção de dados.

15.4.2. A CONTRATADA deverá apresentar ao Município de Lafaiete Coutinho-BA, sempre que solicitado, toda e qualquer informação e documentação que comprovem a implementação dos requisitos de segurança especificados na contratação, de forma a assegurar a auditabilidade do objeto contratado, bem como os demais dispositivos legais aplicáveis.

15.5. A CONTRATADA se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, documento que estar disponível em caráter permanente para exibição ao Município de Lafaiete Coutinho-BA, mediante solicitação.

15.5.1. A CONTRATADA deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do Município de Lafaiete Coutinho-BA, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente Contrato.



15.6. A CONTRATADA não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

15.6.1. Caso autorizada transmissão de dados pela CONTRATADA a terceiros, as informações fornecidas/compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual.

15.7. A CONTRATADA deverá adotar planos de resposta a incidentes de segurança eventualmente ocorridos durante o tratamento dos dados coletados para a execução das finalidades deste contrato, bem como dispor de mecanismos que possibilitem a sua remediação, de modo a evitar ou minimizar eventuais danos aos titulares dos dados.

15.8. A CONTRATADA deverá comunicar formalmente e de imediato ao Município de Lafaiete Coutinho-BA a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a Titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções.

15.8.1. A comunicação acima mencionada não eximirá a CONTRATADA das obrigações, e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

15.9. Encerrada a vigência do contrato ou após a satisfação da finalidade pretendida, a CONTRATADA interromperá o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pelo Município de Lafaiete Coutinho-BA e, em no máximo trinta dias, sob instruções e na medida do determinado por este, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando a CONTRATADA tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal.

15.10. A CONTRATADA ficará obrigada a assumir total responsabilidade e ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade nacional, decorrentes de tratamento inadequado dos dados pessoais compartilhados pelo Município de Lafaiete Coutinho-BA para as finalidades pretendidas neste contrato.

15.11. A CONTRATADA ficará obrigada a assumir total responsabilidade pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais no processo de tratamento dos dados compartilhados pelo Município de Lafaiete Coutinho-BA.

15.11.1. Eventuais responsabilidades serão apuradas de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

LÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. Os contratantes comprometem-se a submeter eventuais controvérsias decorrentes do presente contrato a métodos alternativos de solução de conflito, que serão promovidos pela Procuradoria-Geral do Município de Lafaiete Coutinho-BA.

17.1.1. Não logrando êxito a conciliação, fica eleito o foro da Comarca de Jaguaquara, Estado da Bahia, para dirimir as questões oriundas do presente contrato, sendo este o competente para a propositura de qualquer medida judicial decorrente deste instrumento contratual, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 00_/2026

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



ANEXO IV
MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS
FASE DA ANÁLISE
PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR

1. DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O gerenciamento de riscos permite ações contínuas de planejamento, organização e controle dos recursos relacionados aos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação, da execução do objeto e da gestão contratual.

O Mapa de Gerenciamento de Riscos deve conter a identificação e a análise dos principais riscos, consistindo na compreensão da natureza e determinação do nível de risco, que corresponde à combinação do impacto e de suas probabilidades que possam comprometer a efetividade da contratação, bem como o alcance dos resultados pretendidos com a solução.

Para cada risco identificado, define-se: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos potenciais, as possíveis ações preventivas e contingências, bem como a identificação de responsáveis por ação. Após a identificação e classificação, deve-se executar uma análise qualitativa e quantitativa.

2. DA DEFINIÇÃO DOS IMPACTOS

A análise qualitativa dos riscos é realizada por meio da classificação escala da probabilidade e do impacto, conforme a tabela de referência a seguir.

- **Baixo:** Danos que não comprometem o processo/serviço. Devem ser catalogados nos relatórios pós-contratuais com vistas a novo planejamento.
- **Médio:** Danos que comprometem parcialmente o processo/serviço, atrasando-o ou interferindo em sua qualidade.
- **Alto:** Danos que comprometem a essência do processo/serviço, impedindo-o de seguir seu curso.

A análise quantitativa dos riscos consiste na classificação conforme a relação entre a probabilidade e o impacto, tal classificação resultará no nível do risco e direcionará as ações relacionadas aos riscos durante a fase de planejamento e gestão do contrato.

O produto da probabilidade pelo impacto de cada risco deve se enquadrar em uma região da matriz probabilidade x impacto.

Caso o risco enquadre-se como baixo, admite-se a aceitação ou adoção das medidas preventivas. Se o risco enquadrar-se como médio e alto, serão adotadas as medidas preventivas.

3. OBJETO DO MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

Constitui objeto deste Mapa de Gerenciamento de Riscos a Contratação de empresa para fornecimento parcelado de materiais de limpeza e utensílios para copa e cozinha, a fim de atender as necessidades dessa Administração Municipal e suas diversas Secretarias, mediante Sistema de Registro de Preços.



4. RISCOS RELACIONADOS AO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

RISCO 1: Evento(s) que levem ao desequilíbrio econômico-financeiro do contrato e terminem por implicar solução de continuidade na prestação dos serviços.

a) Probabilidade:

Baixo Médio Alto

b) Impacto:

Baixo Médio Alto

c) Dano:

Baixo Médio Alto

Estratégia para eliminar ou minimizar a ocorrência do risco, Ação: Contínua e apurada fiscalização na verificação da prestação dos serviços, afim de assegurar o cumprimento de todas as obrigações contratuais.

Responsável: Secretária de Educação e Fiscal de Contatos.

RISCO 2: Restrição orçamentária decorrentes de cortes significativos na Lei Orçamentária que impeça ou prejudique a contratação.

a) Probabilidade:

Baixo Médio Alto

a) Impacto:

Baixo Médio Alto

c) Dano:

Baixo Médio Alto

Estratégia para eliminar ou minimizar a ocorrência do risco, Ação: Remanejamento de dotações de despesas menos críticas.

Responsável: Equipe de Finanças.

RISCO 3: Inclusão no Termo de Referência de exigências que não podem ser atendidas pelo futuro prestador dos serviços.

a) Probabilidade:

Baixo Médio Alto

b) Impacto:

Baixo Médio Alto

c) Dano:

Baixo Médio Alto

Estratégia para eliminar ou minimizar a ocorrência do risco, Ação: Análise de contratações vigentes no mercado.

Responsável: Equipe de planejamento da contratação

RISCO 4: Não inclusão no Termo de Referência de obrigações essenciais à execução dos serviços.

a) Probabilidade:

Baixo Médio Alto

b) Impacto:

Baixo Médio Alto

c) Dano:



() Baixo () Médio (X) Alto

Estratégia para eliminar ou minimizar a ocorrência do risco, Ação: Análise de contratações vigentes no mercado.

Responsável: Equipe de planejamento da contratação

FASE DE SELEÇÃO DO PRESTADOR DOS SERVIÇOS

RISCO 5: Fracasso na Licitação:

a) Probabilidade:

(X) Baixo () Médio () Alto

b) Impacto:

() Baixo () Médio (X) Alto

c) Dano:

() Baixo () Médio (X) Alto

Estratégia para eliminar ou minimizar a ocorrência do risco, Ação: Termo de referência elaborado com esmero, refletindo o que existe no mercado; ampla pesquisa de preço para obter um preço de referência que possa ser atendido pelo mercado; ampla divulgação da licitação.

Responsável: Equipe de Planejamento da Contratação; Equipe responsável pela pesquisa de preços; Equipe responsável pela publicação dos editais.

RISCO 6: Recusa da licitante vencedora em assinar o contrato/inadimplemento total da obrigação.

a) Probabilidade:

(X) Baixo () Médio () Alto

b) Impacto:

() Baixo () Médio (X) Alto

c) Dano:

() Baixo () Médio (X) Alto

Estratégia para eliminar ou minimizar a ocorrência do risco, Ação: Termo de referência elaborado com esmero, refletindo o que existe no mercado; ampla pesquisa de preço para obter um preço de referência que possa ser atendido pelo mercado; Convocação das demais licitantes classificadas, na ordem de classificação, para assinatura do contrato.

Responsável: Equipe de Planejamento da Contratação; Equipe responsável pela pesquisa de preços; Equipe responsável pela publicação dos editais.

FASE DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

RISCO 7: Atraso no início da execução da prestação dos serviços causando transtornos à regularidade das atividades das diversas Secretarias do Município de Lafaiete Coutinho /BA.

a) Probabilidade:

(X) Baixo () Médio () Alto

b) Impacto:

() Baixo () Médio (X) Alto

c) Dano:

() Baixo () Médio (X) Alto

Estratégia para eliminar ou minimizar a ocorrência do risco, Ação: Conclusão, com antecedência necessária, dos procedimentos de assinatura do contrato e demais providências afeitas à sua



EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 00_/2026

formalização e publicidade; Reunião de alinhamento com a contratada para acertar os principais pontos da execução da prestação dos serviços, para esclarecimentos etc;

Responsável: Equipe de planejamento da contratação, Setor de Contratos e fiscalização do contrato.

Ana Carolina Dias Santos
Agente Administrativo



ANEXO V
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

A

Prefeitura Municipal de XXXXXX

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/202X

Objeto:

Abertura:

Horário:

Apresentamos a Vossa Senhoria a nossa proposta de preços, detalhada na planilha anexa, para o fornecimento do objeto de que trata o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/202X**, conforme especificação constante do Termo de Referência deste Edital.

Os prazos para cumprimento do objeto são os que se seguem:

- a)** prazo de validade da proposta:..... (.....) dias;
b) prazo para fornecimento: (.....) dias.

Observação: atentar para os prazos previstos no edital.

Para tanto, nos propomos a fornecer o bem licitado pelos preços unitários constantes da planilha de quantitativos e preços unitários anexa e pelo preço global de R\$ _____(_____).

Os dados da nossa empresa são:

- a)** Razão Social: _____;
b) CNPJ n.º: _____;
c) Endereço Completo: _____;
d) Fone: _____;
e) Fax (se houver): _____;
f) E-mail: _____;
g) Conta Bancária/Agência/Banco: _____.

Local, Data

Razão Social

CNPJ

(nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).

Observação: emitir em papel que identifique a licitante.

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 00_/2026
MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS
PROPOSTA DE PREÇOS**

LICITANTE:		
END. COMERCIAL:		
		UF:
CEP:	E-MAIL:	FONE:
CONTATO:		
CNPJ:	INSC. ESTADUAL:	
VALIDADE DA PROPOSTA:	REPRESENTANTE LEGAL:	
DADOS BANCÁRIOS: BANCO:	AGÊNCIA:	C/C:
OBJETO:		

PLANILHA DE QUANTITATIVOS E PROPOSTA DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01					
02					
03					
VALOR GLOBAL:					

VALOR TOTAL DA PROPOSTA:

Declaramos, que no preço ofertado estão inclusas todas as despesas necessárias para o fornecimento do objeto, sendo de nossa exclusiva responsabilidade as despesas como transporte, alimentação, proventos, encargos sociais, impostos, taxas, tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, seguros e demais despesas inerentes, estando o preço ofertado correspondendo, rigorosamente, com às especificações do objeto licitado, estamos ciente de que não cabe quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

Por esta proposta, ainda, declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente aos da Lei Federal nº 14.133/2021, e às cláusulas e condições constantes do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/202X.

RESPONSÁVEL LEGAL DA LICITANTE

_____, ____/____/____

LOCAL DATA
ASSINATURA E CARIMBO COM CNPJ E
CPF DO REPRESENTANTE